



Marta Catarina **Imparidade do *goodwill* no SNC: Impactos da**
Matos dos Santos **Transição e Divulgações**



**Marta Catarina Matos
dos Santos**

**Imparidade do *goodwill* no SNC: Impactos da
Transição e Divulgações**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica da Professora Carla Manuela Teixeira de Carvalho, Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, e sob a coorientação científica do Professor Carlos Alberto Valente dos Anjos, Equiparado a Assistente do 2.º Triénio do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

o júri

Presidente	Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo Professora coordenadora s/ agregação, Universidade de Aveiro
Arguente	Professor Doutor Paulo Alexandre Pimenta Alves Professor auxiliar, Universidade Católica Portuguesa
Orientadora	Mestre Carla Manuela Teixeira de Carvalho Equiparada a professora adjunta, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Quero expressar os meus sinceros agradecimentos a várias pessoas que permitiram a realização deste trabalho, tanto pelo incentivo como pela sua colaboração.

Começo por agradecer à orientadora desta dissertação, Professora Carla Carvalho, pelo apoio, dedicação, paciência, empenho e disponibilidade, com que sempre me acompanhou longo da execução deste trabalho.

Também quero agradecer ao Professor Carlos Anjos o apoio e encorajamento manifestados.

Agradeço à minha família, em especial à minha filha, que se viu privada da minha companhia, pela força que me deu em todo este caminho e pelo constante amor e carinho.

Agradeço aos meus pais pelo apoio e proteção que sempre me deram. E à minha irmã pela amizade e pelo exemplo que representa para mim.

palavras-chave

Goodwill, Testes de Imparidade, SNC, Transição, Divulgações

resumo

A partir de 2010 as empresas portuguesas passaram a ser obrigadas a apresentar as suas Demonstrações Financeiras consolidadas segundo o SNC, no qual o *goodwill* deixa de ser amortizado sistematicamente e passa a ser sujeito exclusivamente a testes anuais de perdas por imparidade.

Esta nova regra na mensuração subsequente do *goodwill* relançou a discussão deste tema tão controverso ao longo dos tempos um pouco por todo o mundo e pelos diversos organismos regularizadores, dada a subjetividade e complexidade subjacente a estes testes.

Os principais objetivos do presente estudo consistem em avaliar o impacto da transição do normativo POC para o SNC no que respeita ao tratamento contabilístico do *goodwill*, em particular às respetivas perdas por imparidade. É ainda objetivo analisar o nível de cumprimento com as divulgações exigidas sobre o *goodwill* e respetivas perdas por imparidade nos períodos de 2010 e 2011.

A metodologia utilizada no estudo empírico consistiu na análise de conteúdo dos relatórios e contas consolidadas de uma amostra de empresas portuguesas que adotam o SNC, nos períodos de 2010 e 2011.

Da análise efetuada concluímos que, ao nível dos impactos da transição do POC para o SNC, constatámos que as empresas referiram no Anexo que aplicaram os testes de imparidade, no entanto concluíram quase sempre que o *goodwill* não se encontrava em imparidade. Verificou-se, ainda, que maioria das empresas analisadas não fundamentou adequadamente os testes de imparidade do *goodwill* à data da transição.

Da análise do cumprimento dos requisitos de divulgação da NCRF 12 e NCRF 14 podemos concluir que a maioria das empresas na transição não cumpriu rigorosamente com o disposto naquelas normas no que respeita à divulgação do *goodwill* e respetivos testes de imparidade.

keywords

Goodwill, Impairment Tests, SNC, Transition, Disclosures

abstract

From 2010 the Portuguese companies were required to submit their consolidated financial statements according to the SNC, in which the goodwill is no longer amortized systematically and passed to be subjected only to annual tests of impairment losses.

This new rule in the subsequent measurement of goodwill re-launched the discussion of this subject so controversial over the years all over the world and by the various regulatory bodies, due to the subjectivity and complexity underlying these tests.

The main objective of this study, are to assess the impact of the transition of POC normative to the SNC with respect to the accounting treatment of goodwill, in particular the respective impairment losses. It is also analysed the level of compliance with required disclosures about the goodwill and its impairment losses in the periods of 2010 and 2011.

The methodology used in the empirical study consisted in the analysis of reports and consolidated accounts of a sample of Portuguese companies that adopted the SNC in the periods of 2010 and 2011.

The performed analysis allowed concluding that, at the level of transition impacts from POC to the SNC, the companies mentioned in Notes that applied the impairment tests, however the companies concluded always that the goodwill was not in impairment. It was also verified that most of the analysed companies did not support adequately the impairment tests of goodwill at the transition date.

The analysis of compliance of the disclosure requirements of NCRF 12 and of NCRF 14 allow conclude that the majority of companies during the transition not complied strictly with the provisions of those rules in what concerns to the disclosure of the goodwill and respective impairment tests.

ÍNDICE GERAL

LISTA DE ABREVIATURAS.....	xv
ÍNDICE DE TABELAS	xvii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
<i>Enquadramento Geral</i>	1
<i>Motivações e Objetivos</i>	3
<i>Estrutura da Dissertação</i>	3
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO <i>GOODWILL</i>	5
2.1 <i>Abordagem histórica do conceito de goodwill</i>	5
2.1.1 Conceitos doutrinais.....	5
2.1.2 Conceitos normativos.....	8
2.2 <i>Contabilização do goodwill</i>	10
2.2.1 <i>Evolução histórica do tratamento contabilístico do goodwill</i>	10
2.2.1.1 Reconhecer o <i>goodwill</i> como ativo, sujeito a amortização	11
2.2.1.2 Abate direto do <i>goodwill</i> aos capitais próprios.....	12
2.2.1.3 Reconhecer o <i>goodwill</i> como ativo, sujeito a testes de imparidade	13
2.2.2 <i>Atual tratamento contabilístico do goodwill</i>	13
2.2.2.1 Enquadramento normativo.....	13
2.2.2.2 NCRF 14 – <i>Concentrações de Atividades Empresariais</i>	20
2.2.3 NCRF 3 – <i>Adoção pela primeira vez das NCRF</i>	23
CAPÍTULO III – REVISÃO DA LITERATURA.....	26
3.1 <i>Impacto da aplicação das IAS/IFRS em países que não Portugal</i>	26
3.2 <i>Impacto da transição para as IAS/IFRS em Portugal</i>	28
3.3 <i>Impacto da aplicação dos testes de imparidade ao goodwill</i>	31
CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO	34
4.1 <i>Objetivos do estudo</i>	34
4.2 <i>Definição da amostra</i>	35

4.3 Metodologia de investigação	39
4.4 Análise e discussão dos resultados.....	40
4.4.1 A relevância do <i>goodwill</i> no Balanço	40
4.4.2 Apresentação do <i>goodwill</i> no Balanço.....	42
4.4.3 Impactos da adoção do SNC quanto ao <i>goodwill</i>	44
4.4.4 Divulgações sobre o <i>goodwill</i> e perdas por imparidade	48
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES.....	55
5.1 Conclusões gerais.....	55
5.2 Limitações do estudo	57
5.3 Sugestões para investigações futuras	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

LISTA DE ABREVIATURAS

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

APB – *Accounting Principles Board*

ASB – *Accounting Standards Board*

CAE – *Concentração de Atividades Empresariais*

CNC – *Comissão de Normalização Contabilística*

DC – *Diretriz Contabilística*

ED – *Exposure Draft*

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FRS – *Financial Reporting Standard*

IAS – *International Accounting Standard*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IFRS – *International Financial Reporting Standard*

NCRF – *Norma Contabilística e de Relato Financeiro*

POC – *Plano Oficial de Contabilidade*

SFAS – *Statement of Financial Accounting Standards*

SNC – *Sistema de Normalização Contabilística*

UE – *União Europeia*

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Definição da amostra	37
Tabela 2 – Empresas que compõem a amostra	38
Tabela 3 – Distribuição da amostra por setor de atividade.....	38
Tabela 4 - Peso relativo do <i>goodwill</i> sobre algumas rubricas do Balanço	40
Tabela 5 - Impacto em algumas rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados	41
Tabela 6 - Requisitos de apresentação e divulgação do <i>goodwill</i> exigidos pelas NCRF	42
Tabela 7 - Apresentação autónoma do <i>goodwill</i> no Balanço de 2010.....	43
Tabela 8 - Designação apresentada no Balanço de 2010.....	43
Tabela 9 - Cumprimento com as exigências de divulgação da NCRF 3	44
Tabela 10 - Fundamentação dos testes de imparidade na transição.....	45
Tabela 11 - Natureza dos movimentos efetuados ao <i>goodwill</i>	46
Tabela 12 - Divulgações de acordo com a NCRF 12 e NCRF 14	49
Tabela 13 - Índice de divulgação	50
Tabela 14 - Índice total de divulgação	51

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Enquadramento Geral

Num mundo empresarial onde a globalização domina e já não há mercados fechados, a competitividade das empresas aparece como fator primordial para a sua sobrevivência. De forma a serem competitivas, as empresas têm que apostar cada vez mais na criação de valor, que a partir da segunda metade do século XX se alcançou através do investimento crescente em intangíveis.

A internacionalização das economias nacionais, materialmente afetadas pela revolução tecnológica e pela mundialização financeira, exige uma atenta perceção à nova ordem de valores e comportamentos que este fenómeno traz, com a possibilidade de modificação ou superação de conceitos que se tornem ultrapassados em face da nova realidade.

Criar, desenvolver, gerir e medir o conhecimento e o talento das organizações tornou-se uma das questões cruciais da atualidade. Os intangíveis e o conhecimento converteram-se em fatores de grande relevância nas empresas como consequência da existência de um novo contexto económico, onde a inovação, a tecnologia e a informação aparecem como fatores determinantes da criação de valor nas empresas, apelidando-se a economia neste novo contexto como “economia da informação”, “economia do conhecimento” ou “nova economia”.

A contabilidade encontra-se em constante evolução. Desde os primórdios das práticas contabilísticas que os seus objetivos se foram adaptando aos interesses de quem dela pretendia fazer uso, tendo em conta a realidade económica e as características dos próprios comerciantes.

A contabilidade como sistema de informação tem como principal objetivo fornecer informação útil para a tomada de decisões. No entanto, a rápida e crescente substituição dos ativos tangíveis pelos intangíveis, como elementos determinantes da criação de valor das organizações, conduziram nas últimas décadas a uma

perda contínua da relevância e, conseqüentemente da utilidade da informação financeira para os seus utilizadores.

O sistema contabilístico vigente demonstrou uma incapacidade em refletir apropriadamente os intangíveis, tendo como consequência uma crescente disparidade entre o valor contabilístico de uma empresa e o seu valor de mercado. Esta situação deveu-se, essencialmente, à incapacidade do sistema contabilístico em acompanhar as alterações sentidas no meio onde as empresas operam, não reconhecendo, na maioria dos casos, no Balanço os investimentos efetuados pelas empresas no desenvolvimento de intangíveis, considerando desta forma que dificilmente gerarão benefícios económicos futuros.

A disparidade entre o valor contabilístico das empresas e o seu valor de mercado deve-se ao facto de as Demonstrações Financeiras estarem condicionadas pelos organismos de normalização contabilística, que se têm revelado muito tímidos quanto ao reconhecimento destes ativos intangíveis, não tendo acompanhado a evolução verificada no mercado (Hirschey e Weygandt, 1985).

A União Europeia (UE), de acordo com o seu Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, determinou a adoção das *International Accounting Standard (IAS) / International Financial Reporting Standard (IFRS)*, a partir de 2005, nas contas consolidadas das empresas com valores cotados em bolsa em um dos seus Estados membros. Além disso, a *Comissão de Normalização Contabilística (CNC)* trabalhou recentemente num novo normativo nacional que é uma aproximação às normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. O surgimento do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em Portugal, através da incorporação de diversos normativos emanados pela UE, e com forte influência do IASB, leva-nos a procurar a análise das diversas alterações provocadas pela introdução dos novos normativos. A existência de novos conceitos, e a necessidade de incorporação de novas formas de entender a contabilidade, possibilita que se possa, e deva, dissertar sobre vários temas vertidos nas novas normas. Assim, este trabalho tem como objetivo aprofundar a temática do tratamento

contabilístico do *goodwill* à luz do SNC, o qual configura o atual normativo contabilístico nacional.

Motivações e Objetivos

Desde 1 de janeiro de 2010 vigora no normativo nacional a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 14 – Concentrações de Atividades Empresariais, na qual o *goodwill* deixa de ser amortizado sistematicamente, como acontecia no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade (POC), para passar a estar sujeito exclusivamente a testes anuais de perdas por imparidade.

Em face desta alteração de normativo, os principais objetivos do presente estudo consistem em avaliar o impacto da transição do normativo POC para o SNC no que respeita ao tratamento contabilístico do *goodwill*, em particular as respetivas perdas por imparidade. Este trabalho procura identificar e quantificar os ajustamentos de transição efetuados no *goodwill*, além de tentar avaliar o impacto destes ajustamentos na posição financeira e no desempenho das respetivas empresas. Pretende-se, igualmente, analisar o nível de cumprimento com as divulgações exigidas sobre o *goodwill* e respetivas perdas por imparidade nos períodos de 2010 e 2011.

Estrutura da Dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, seguidos das conclusões retiradas ao longo da elaboração do estudo.

No primeiro capítulo apresenta-se um breve enquadramento geral, motivação e objetivos do trabalho, bem como a estrutura da dissertação.

O capítulo II aborda o enquadramento normativo do *goodwill*, onde são identificadas as principais alterações introduzidas nos normativos, nacional e internacionais, no que respeita ao tratamento contabilístico do *goodwill*.

No terceiro capítulo efetua-se uma breve revisão da literatura sobre o *goodwill* e impactos da transição para o SNC e as IAS/IFRS, referenciando os principais estudos existentes sobre esta temática.

No capítulo IV apresentamos o nosso estudo empírico, no qual descrevemos e caracterizamos a amostra e a metodologia utilizada, e efetuamos a análise e a interpretação dos dados recolhidos na análise de conteúdo efetuada.

No quinto, e último, capítulo apresentamos as principais conclusões do nosso estudo, assim como as principais limitações do presente estudo e algumas pistas para investigação futura.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO GOODWILL

Neste capítulo apresentamos o enquadramento normativo do *goodwill*. Pelo facto de o *goodwill* ter estado sujeito a constantes alterações quanto ao seu tratamento contabilístico, julgamos ser importante fazer uma abordagem à evolução histórica, quer do seu conceito, quer da sua contabilização, com especial ênfase no seu atual tratamento contabilístico.

2.1 Abordagem histórica do conceito de *goodwill*

O *goodwill* assume uma elevada importância na avaliação real do património de uma empresa, sendo um assunto vasto e complexo. Identificar e mensurar o *goodwill* envolve uma enorme subjetividade, pois implica atender a uma diversidade de conceitos e critérios, que foram evoluindo ao longo de várias décadas até ao momento atual. Apresentamos, de seguida, uma súmula do referencial teórico sobre o conceito do *goodwill*, que não pretende investigar na sua totalidade um tema tão abrangente, mas antes procura agrupar um conjunto de reflexões, de forma a obter uma melhor compreensão do atual conceito de *goodwill*. Para o efeito, analisamos neste ponto os conceitos de *goodwill*, quer a nível doutrinal, quer a nível normativo, a partir do contributo de vários autores para a literatura sobre este tema.

2.1.1 Conceitos doutriniais

O termo *goodwill* foi utilizado pela primeira vez na corte de Inglaterra, em decisões de disputas de terras, tendo sido considerado na valorização do terreno um valor adicional pela sua localização. Estes registos de língua inglesa de debates sobre o *goodwill* datam do século XVI. Segundo Leake (1914), o termo *goodwill* remonta a 1571, quando começou a ser comercialmente usado.

Segundo Martins (1972: 55) “o *goodwill* tem sido motivo de estudos, debates, artigos, livros, legislação, concordâncias e divergências desde há muitos anos. As suas primeiras citações e referências datam de séculos atrás, mas a primeira

condensação do seu significado e o primeiro trabalho sistemático em que o *goodwill* é o tema central parecem ter surgido em 1891”. Com efeito, o primeiro trabalho sistematizado sobre o *goodwill* foi produzido por Francis More, e publicado em 1891 pela revista “The Accountant” na Escócia, onde foi abordada a questão da mensuração do *goodwill* (Martins, 1972).

Como já foi referido o conceito do *goodwill* sempre foi motivo de discussão pela sua subjetividade e difícil mensuração, pelo que recaem sobre ele as mais diversas definições, como as que seguidamente se apresentam a título exemplificativo.

Monobe (1986) considera que o *goodwill* não é um ativo independente como um ativo tangível qualquer, que pode ser vendido ou trocado. Ao contrário, trata-se de um valor ligado à continuidade da empresa, representando o excesso do valor dos seus Ativos combinados, sobre a soma dos seus valores individuais.

Por sua vez, segundo Almeida (1997) o *goodwill* pode ser considerado como a diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, gerados pelos ativos da empresa e o valor dos custos dos elementos que propiciaram tal fluxo. Usualmente, as empresas não registam o *goodwill* devido às dificuldades quanto à questão da objetividade.

Na análise ao conceito doutrinal do *goodwill* ao longo dos tempos podem identificar-se diferentes perspetivas: económica; financeira; e “master valuation account”.

Numa ***perspetiva económica*** o *goodwill* abrange o conjunto de elementos imateriais cujos efeitos não podem ser isolados, e por sua vez não podem ser objeto de qualquer alienação em separado. Assim sendo, a generalidade das empresas possuem um *goodwill* oculto, implícito, subjetivo, mas em que não existe um valor concreto ou pelo menos que seja de fácil apuramento. Esta perspetiva também designada de abordagem de ativos ocultos é defendida por muitos autores, de entre os quais se salienta Tearney (1973).

Já numa ***perspetiva financeira*** o *goodwill* representa a capacidade de gerar lucros acima do normal, incorporando as expetativas do investidor em conseguir um retorno sobre o investimento realizado acima da média obtida pelas empresas do mesmo setor. Esta perspetiva é também denominada de abordagem de lucros supranormais, proposta ao longo dos anos por autores como Dicksee (1897), Leake (1914) e Walker (1953).

Corroborando com a opinião de Carvalho (2003), o atual conceito de *goodwill* resulta de uma combinação das duas perspetivas, isto é, o *goodwill* surge da capacidade de uma empresa gerar lucros acima do normal (perspetiva dos lucros supra normais) e o facto destes lucros superiores derivarem de um conjunto de ativos controlados pela empresa (perspetiva dos ativos ocultos). Assim, ambas as abordagens se complementam, pois expressar que o “*goodwill* apresenta uma capacidade superior de gerar lucros futuros não contradiz o argumento de que o *goodwill* incorpora determinados recursos intangíveis, posto que a visão económica explica a natureza do *goodwill* e a visão financeira determina o seu valor” (Carvalho, 2003: 125).

As duas perspetivas anteriormente referidas sofreram algumas críticas, principalmente por não proporcionarem uma mensuração objetiva do valor do *goodwill*, surgindo assim uma terceira perspetiva, designada “master valuation account”, de acordo com a qual o *goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição e os respetivos ativos e passivos adquiridos, avaliados ao justo valor à data de compra. O *goodwill* representa um valor global e ao mesmo tempo residual, não atribuível a categorias individuais de ativos. Esta abordagem para definir o *goodwill* foi inicialmente avançada por Canning (1929), mas muitos autores continuaram a defendê-la, tal como Hendriksen (1994).

Esta última perspetiva foi adotada pela normalização contabilística, e também ela é alvo de críticas por atribuir um carácter residual ao valor do *goodwill*.

Para Hendriksen e Breda (1999: 392) o “*goodwill* é um ativo intangível de classificação complexa dentro do património da empresa devido a fatores, tais como: identificabilidade e separabilidade”.

Por outro lado, Martins *et al.* (2010: 124) considerou o *goodwill* como “resíduo existente entre a soma dos itens patrimoniais mensurados individualmente e o valor da empresa”.

Glautier e Underdown (2001: 162) descreveram o *goodwill* como “a soma daqueles tributos intangíveis de um negócio que contribuem para o seu sucesso, tais como: uma localização favorável, uma boa reputação, a habilidade e perícia dos seus empregados e gestores e sua relação duradoura com credores, fornecedores e clientes”.

Recentemente, Ratiu e Tudor (2012) compilaram num estudo as definições de *goodwill* efetuadas por mais de um século, e concluíram que este ativo foi definido em dois sentidos distintos: os académicos referem-se mais aos elementos que compõem o *goodwill* e às suas características; as entidades normalizadoras internacionais definem o *goodwill* através do modo como é mensurado. Além disso, estes autores também concluíram que há uma característica comum a todos os estudos analisados, que é a vantagem associada ao *goodwill* adquirido numa Concentração de Atividades Empresariais (CAE), para o qual é permitido o seu reconhecimento no Balanço das empresas.

Depois de apresentados alguns dos conceitos doutrinários do *goodwill*, analisamos de seguida os conceitos do *goodwill* dos principais organismos normalizadores.

2.1.2 Conceitos normativos

A nível internacional, o IASB definia na IFRS 3 – *Business Combinations* (versão de 2004) o conceito de *goodwill* como “um pagamento feito pela adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de serem individualmente identificados e separadamente reconhecidos” (IFRS 3, 2004: § 52).

A produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, o IASB aprovou diversas alterações à IFRS 3, designadamente quanto à definição de *goodwill*. A norma

revista define o *goodwill* como um ativo que representa os benefícios económicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos numa CAE que não sejam individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.

O *Accounting Standards Board* (ASB), na *Financial Reporting Standard* (FRS) 10 – *Goodwill and Intangible Assets*, define o *goodwill* como “a diferença entre o custo de uma entidade adquirida e o total do justo valor dos ativos identificáveis e passivos”. O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) partilha desta mesma definição de *goodwill*.

Nas normas nacionais de contabilidade, nomeadamente na NCRF 6 – *Ativos Intangíveis*, o *goodwill* (trespasse) resultante de uma CAE que seja uma aquisição, representa um pagamento feito pelo adquirente em antecipação de futuros benefícios económicos. Já na NCRF 14 - *Concentrações de Atividades Empresariais*, o conceito referido é o que consta da IFRS 3, como acima definido.

Verificamos que os organismos normalizadores definem o *goodwill* com base em pressupostos diferentes. Na nossa opinião, a definição utilizada pelo IASB e pela CNC parece-nos mais ajustada à realidade, pois o *goodwill* aparece com uma função mais dinâmica e não estática como proposto pelos FASB e ASB, confundindo o conceito de *goodwill* com o método de o mensurar.

De acordo com os princípios contabilísticos e com a generalidade das normas, apenas o *goodwill* adquirido, isto é, resultante de uma operação de aquisição de empresas, reúne as condições para ser contabilisticamente reconhecido, dado que só assim existe um custo que possa ser mensurável, porquanto envolveu um dispêndio financeiro. O *goodwill* não adquirido, ou seja, gerado internamente, não se considera ter um custo possível de ser mensurado com fiabilidade, mas sim um valor subjetivo, pelo que não reúne as condições para ser reconhecido nas Demonstrações Financeiras. Todos os dispêndios resultantes deste último são classificados como gastos no decorrer do período.

2.2 Contabilização do goodwill

A crescente importância que o *goodwill* tem assumido no contexto das CAE levou ao aparecimento de diferentes alternativas quanto ao seu tratamento contabilístico.

Neste ponto da dissertação iremos fazer uma análise à evolução histórica, situação atual, e às tendências futuras no tratamento contabilístico do *goodwill*.

2.2.1 Evolução histórica do tratamento contabilístico do goodwill

Ao longo dos tempos foram prescritas diversas soluções para o tratamento contabilístico do *goodwill*, verificando-se a existência de vários métodos de contabilização, não só na mesma empresa, como também no mesmo país, o que contrariava uma das características qualitativas da informação financeira: a comparabilidade.

Durante o período de 1884 e 1909, a mensuração inicial do *goodwill* assumia extrema importância, sendo defendido o seu abate aos capitais próprios. No entanto, outras alternativas foram surgindo com o decorrer dos tempos.

Entre os anos de 1910 e 1929 verificou-se um grande desenvolvimento empresarial, intensificando-se os debates sobre a contabilização do *goodwill*. A opção defendida até então deixou de ser relevante, sugerindo-se a contabilização do *goodwill* como ativo, sujeito ou não a amortização.

Como nem sempre os anos são de progresso, em 1929 iniciou-se uma grande depressão económica e social, onde as atitudes marcadamente conservadoras influenciaram o tratamento contabilístico do *goodwill* no período seguinte, entre 1930 e 1944.

A partir de 1930 começou-se a esboçar um esforço internacional de normalização, dando-se início à emissão de normas de contabilidade. No que respeita ao *goodwill*, até aos anos quarenta do século XX o interesse da maioria dos autores centrou-se na sua contabilização inicial.

Na evolução histórica do tratamento contabilístico do *goodwill*, quer do ponto de vista teórico, quer da sua aplicação prática, foram apresentados, discutidos e experimentados vários métodos de contabilização do *goodwill* adquirido, apesar de nenhum deles ser consensualmente reconhecido como o mais correto. Assim, no tratamento do *goodwill* adquirido são possíveis, de entre outras, as hipóteses de procedimentos contabilísticos que a seguir se enumeram. Mantém-se, contudo, a questão de se saber qual o tratamento contabilístico que melhor se aplica à substância económica do *goodwill*.

De entre as propostas mais divulgadas e utilizadas de tratamento contabilístico do *goodwill*, identificam-se os seguintes métodos, que foram os mais praticados na Europa nas últimas décadas:

1. Reconhecimento como ativo, sujeito a amortização;
2. Abate direto aos capitais próprios (em contas de reservas);
3. Reconhecimento como ativo, sujeito a testes de imparidade.

Atualmente, e como aprofundaremos mais adiante neste trabalho, vigora o reconhecimento do *goodwill* como ativo e a sua sujeição exclusiva a testes de imparidade.

2.2.1.1 Reconhecer o *goodwill* como ativo, sujeito a amortização

Caso o *goodwill* fosse registado como um ativo sujeito a amortização de acordo com uma vida útil estimada, era fixado pelas normas um período mínimo e máximo de vida útil.

Esta hipótese era preconizada pela IAS 22 – *Business Combinations* e foi a recomendada pelas normas portuguesas, mais concretamente pela Diretriz Contabilística (DC) 1 – *Tratamento Contabilístico de Concentrações de Atividades Empresariais*. No entanto, face aos estudos e desenvolvimentos contabilísticos (IAS 36 – *Impairment of Assets* e *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 142 - *Intangible Assets*, de 2001) a utilização deste procedimento, amortização do *goodwill*, ficou comprometido.

De acordo com a DC 1, o período de amortização deveria ser estimado em função do período de vida útil, numa base sistemática, num período que não excedesse 5 anos, a menos que a vida útil mais extensa pudesse ser justificada nas Demonstrações Financeiras, não excedendo porém os 20 anos.

Uma das críticas que normalmente era apresentada a esta hipótese de contabilização do *goodwill* referia-se à subjetividade na determinação do período de vida útil, colocando-se a questão de saber se a amortização para todos os ativos intangíveis, nomeadamente para o *goodwill*, era adequada e, em caso afirmativo, qual deveria ser o período de amortização, e se seria igual ou não para todos os ativos intangíveis. Acresce, ainda, que a fixação da vida útil do *goodwill* tinha repercussões nas Demonstrações Financeiras ao nível das amortizações, colocando problemas no âmbito da comparabilidade da informação financeira.

2.2.1.2 Abate direto do *goodwill* aos capitais próprios

A hipótese de abater o *goodwill* diretamente ao capital próprio, nas reservas consolidadas, não permitia o correto balanceamento de custos e proveitos, distorcendo a realidade. Esta hipótese não era imune a manipulações por parte das próprias empresas, uma vez que, por exemplo, estas poderiam subavaliar os justos valores dos ativos líquidos adquiridos e daí resultar um *goodwill* mais elevado.

Este tratamento era defendido por quem não considerava o *goodwill* adquirido como ativo e defendia a sua eliminação por contrapartida de capital próprio, com base nos seguintes argumentos:

- O *goodwill* constitui uma das principais diferenças entre o método da compra e o método da comunhão de interesses. Ao ignorar-se o *goodwill* está a atenuar-se os efeitos da eliminação do método da comunhão de interesses;
- O *goodwill* não é um ativo, pois não pode ser vendido isoladamente;
- Após a aquisição o *goodwill* não é facilmente mensurável;
- A amortização do *goodwill* é arbitrária.

2.2.1.3 Reconhecer o *goodwill* como ativo, sujeito a testes de imparidade

Registrar o *goodwill* como um ativo sujeito a testes de imparidade¹ baseia-se no pressuposto de que aquele pode ter uma vida económica infinita ou muito longa, como é o caso, por exemplo, de certas marcas que existem há muitos anos sem que se tenha verificado qualquer diminuição de valor, uma vez que não se consomem. Neste sentido, é inapropriado proceder à sua amortização, tendo em conta que esta é a medida do consumo de ativos duradouros, com determinada vida útil. Assim, admite-se que o *goodwill* não decresce de valor de forma sistemática, podendo até acontecer que não diminua de valor (hipótese preconizada atualmente na IFRS 3).

2.2.2 Atual tratamento contabilístico do *goodwill*

2.2.2.1 Enquadramento normativo

Nestas últimas décadas têm sido evidentes as profundas alterações ocorridas na conjuntura económica e financeira. A globalização de mercados e as CAE (fusões, aquisições e alianças estratégicas) reforçaram a necessidade de, também a nível contabilístico e de relato financeiro, haver uma harmonização de forma a transmitir informação fiável, de qualidade e comparável para todos os seus utilizadores. Para esta tão esperada harmonização internacional o IASB e a UE têm tido um papel fundamental neste complexo processo. Porém, não são apenas estes dois organismos normalizadores que regulam o *goodwill*, também o FASB o faz. Aliás, todo o processo global da economia exigiu que houvesse o pronunciamento do FASB, pela sua importância no eixo anglo-saxónico e devido à sua influência em todo o mundo.

Neste ponto do trabalho apresentamos um breve enquadramento da evolução normativa do tratamento contabilístico do *goodwill* segundo cada um daqueles organismos normalizadores, até aos dias de hoje.

¹ Uma descrição dos procedimentos implícitos nos testes de imparidade ao *goodwill* pode ser analisada no ponto 2.2.2. deste trabalho.

2.2.2.1.1 FASB

Nos Estados Unidos, em 1968 o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) realizou um estudo a respeito do *goodwill* (publicado no *Accounting Research Study* n.º 10 - *Accounting for Goodwill*), no qual se propunha que o *goodwill* positivo fosse abatido imediatamente aos capitais próprios, e que o *goodwill* negativo, na parte que não pudesse ser imputada a ativos específicos, fosse incluído no passivo, com a natureza de provisão (Hendriksen, 1974).

As primeiras normas relacionadas com a contabilização do *goodwill* foram aprovadas pelo AICPA em agosto de 1970, o *Accounting Principles Board* (APB) 16 – *Business Combinations* e o APB 17 – *Intangible Assets*. Mais tarde, em 1973, o responsável pela normalização contábilística nos Estados Unidos da América passa a ser o FASB, que substitui o AICPA, mas que manteve as deliberações deste.

O APB 16 estabelecia que o *goodwill* deveria ser reconhecido como um ativo, enquanto o APB 17 regulava a amortização do *goodwill*, definindo que esta deveria ser feita de forma sistemática até um máximo de 40 anos.

A reforma anunciada em 1996 pelo FASB levou 5 anos a tomar forma nas normas finais, e em junho de 2001, após 30 anos a utilizarem os mesmos critérios, o FASB emitiu o SFAS 141 - *Business Combinations* e o SFAS 142, tendo-se verificado grandes mudanças.

O SFAS 141 (que alterou o APB 16) eliminou o método de comunhão de interesses das CAE, passando estas a ser contabilizadas unicamente pelo método de compra.

Já o SFAS 142, de junho de 2001 (que substitui o APB 17), introduziu uma nova abordagem para a contabilização do *goodwill*, abolindo a amortização sistemática que imperava desde 1970 (com a imposição máxima de 40 anos), passando o *goodwill* a ser testado periodicamente quanto à existência, ou não, de imparidade.

Enquanto o SFAS 141 tratou do reconhecimento inicial do *goodwill*, o SFAS 142 regulou a sua mensuração subsequente. Estas normas também introduziram outras alterações, nomeadamente no que diz respeito à apresentação de informação mais completa nos períodos seguintes à aquisição, provocando um efeito substancial sobre a informação financeira.

Em abril de 2011, o FASB emitiu o *Exposure Draft* (ED) – *Intangibles: Goodwill and Other (Topic 350) – Testing Goodwill for Impairment*, que estabelecia um novo tratamento para o *goodwill*. A nova norma entrou em vigor para os testes anuais e intercalares de perdas por imparidade para exercícios iniciados depois de 15 de dezembro de 2011. O FASB aprovou uma revisão que supostamente simplificaria a forma como as empresas testam a imparidade do *goodwill*. Pretendeu-se simplificar o relato financeiro, porquanto nos últimos anos provou-se ser caro para muitas empresas a realização dos testes de imparidade do *goodwill*, não sendo muitas vezes proporcionais à importância da resultante informação que é prestada.

Devido à complexidade em estimar o justo de valor anualmente e dos custos que acarretavam essa estimativa, foi decidido simplificar a forma como uma empresa é obrigada a testar o *goodwill* quanto à imparidade. As alterações vão permitir que uma entidade tenha a opção de avaliar fatores qualitativos, mais do que quantitativos.

Ao simplificar o processo, o FASB, permite que a empresa possa escolher fazer uma avaliação qualitativa, baseada numa variedade de acontecimentos e circunstâncias, incluindo condições económicas gerais (macro e micro), desempenho financeiro, fatores específicos do setor, as tendências da indústria e condições de mercado (tais como os meios ambiente e competitivo), assim como outros aspetos considerados relevantes para, posteriormente determinar se é necessária a análise quantitativa.

De acordo com *Topic 350 - Testing Goodwill for Impairment* (2011), um teste de imparidade do *goodwill* deve ser realizado anualmente ou sempre que

acontecimentos ou mutações nas circunstâncias indicarem potenciais perdas ou a possibilidade de virem a existir.

A imparidade do *goodwill* é testada através de um processo de duas etapas: (1) identificar uma potencial deterioração da empresa, comparando o valor contabilístico com o justo valor; e (2) que se realiza apenas se, e somente se, o valor contabilístico da empresa é maior do que o seu justo valor. Caso o justo valor da empresa ultrapasse o seu valor contabilístico a etapa dois torna-se desnecessária.

Com a aplicação da opção qualitativa surge um novo problema, pois os efeitos vão variar de empresa para empresa, dado que alguns setores são mais facilmente submetidos a uma avaliação qualitativa do que outros. Assim, a opção qualitativa introduz nova subjetividade - que era o que se pretendia eliminar, acrescentando que a análise vai depender de quem a executar e se o faz de forma convincente e credível.

No sentido de simplificar o processo da realização dos testes de imparidade, o FASB emitiu em setembro de 2011 a *Accounting Standards Update 2011-08*, intitulada "*Intangibles: Goodwill and Other (Topic 350) – Testing Goodwill for Impairment*". Esta nova abordagem dos testes de imparidade do *goodwill* assenta no processo da realização destes testes em dois momentos diferentes. Segundo a Deloitte (2011) esta medida requer um trabalho rigoroso e que deve envolver equipas de profissionais que evidenciem a não necessidade da realização dos testes de imparidade do *goodwill* segundo o complexo e dispendioso processo das duas fases proposto pelo FASB.

A complexidade e subjetividade associadas à sujeição a testes de imparidade relançaram a discussão sobre a mensuração subsequente do *goodwill* no seio dos organismos normalizadores, levou a que fosse emitido para comentário público uma atualização ao anterior *Topic 350*. Assim, em julho de 2013, o FASB emitiu, para discussão pública, o ED – *Intangibles: Goodwill and Other (Topic 350) – Accounting for Goodwill* no qual é discutida a relação custo/benefício da aplicação dos testes de imparidade do *goodwill*. Dado que se tem verificado que

este novo tratamento acarreta custos de retorno e complexidade, tanto na forma como são executados os testes como nos resultados obtidos.

Como consequência da crise económica nos últimos dois anos verificou-se um acentuado declínio dos valores patrimoniais das empresas, e segundo alguns estudos questiona-se se o registo do *goodwill* é prejudicado ou não. Com esta tentativa de simplificação de processos é provável que surjam novos focos de subjetividade e de complexidade na contabilização do *goodwill*, correndo o risco de falta de rigor nos trabalhos de avaliação nas entidades com diferentes recursos financeiros

2.2.2.1.2 IASB

Em 1973 foi fundado o IASB (inicialmente com a designação *International Accounting Standards Committee* (IASC) e em 2001 assumindo a estrutura deste), mas só em 1980 é publicado o primeiro documento sobre o *goodwill* e respetivo tratamento contabilístico. Este documento, para discussão pública, tinha como finalidade dar satisfação a uma consulta da Comunidade Europeia, que pretendia obter alguma orientação para a elaboração da IV Diretiva.

Apenas em 1983 é que o IASB aprovou a sua primeira norma sobre o *goodwill*: a IAS 22 - *Accounting for Business Combinations*. Esta norma considerou o *goodwill* como um ativo a ser amortizado durante a sua vida útil, que em regra não deveria exceder os cinco anos, e admitiu também a sua eliminação imediata por contrapartida de reservas, tanto no *goodwill* positivo como no negativo.

Passaram, então, a existir duas soluções para a mesma realidade, o que se afigurava grave por se tratar de uma norma internacional, por dificultar a comparabilidade das Demonstrações Financeiras. Posteriormente, em novembro de 1993, com a aprovação da IAS 22 revista e com a sua entrada em vigor a 1 de janeiro de 1995, a segunda opção de tratamento do *goodwill* foi excluída pelo IASB.

O IASB, desde que foi constituído, iniciou uma série de trabalhos que a partir de 2003 têm resultado na revisão, retificação e retirada de diversas IAS/IFRS, dando origem à emissão de novas IFRS. Em resposta às várias críticas à utilização de dois métodos para a contabilização das operações de CAE, foi emitida a IFRS 3, aprovada pelo IASB em março de 2004 (para começar a ser aplicada nas contas consolidadas das empresas com valores cotados na UE a partir de 2005).

Em janeiro de 2008 o IASB aprovou alterações à norma IFRS 3, para entrarem em vigor no exercício a seguir a 1 de julho de 2009.

2.2.2.1.3 CNC

Em Portugal, relativamente ao *goodwill*, o seu tratamento foi preconizado em 1977 na primeira versão do POC, na rubrica Imobilizado Incorpóreo, prevendo a sua contabilização na conta 431 – Trespases.

Na sua versão de 1989, o POC reconhece o *goodwill* como um ativo intangível a ser registado na conta 434 - Trespases. O POC é omissivo no que se refere ao conteúdo e movimentação desta conta, limitando-se a referir que “os trespases devem ser amortizados no prazo máximo de cinco anos, podendo, no entanto, este período ser dilatado, desde que tal se justifique e não exceda o do uso útil”. Após análise do POC em vigor nessa altura, e embora este se enquadrasse no que era exigido pelas Diretivas, a CNC considerou que face à sua desatualização era necessário sujeitá-lo a revisão. Assim, de forma a preencher algumas lacunas do POC, em 1991 a CNC emitiu a DC 1, norma que regula o tratamento contabilístico das CAE.

A DC 1 seguiu de perto as orientações da IAS 22 do IASB, a qual foi substituída pela IFRS 3.

A CNC adotou o termo “trespasse” para designar o *goodwill*, não propondo qualquer tradução para o *negative goodwill*. Na DC 1, a CNC apresentava o tratamento contabilístico a adotar em ambas as situações, mas apenas se referia

ao termo “trespasse”, sem definir com rigor o seu conceito. Não sendo suficiente, e continuando limitada a DC 1, em janeiro de 1993 esta lacuna viria a ser ultrapassada com a emissão da DC 12 - *Conceito Contabilístico de Trespasse*, onde se veio clarificar o conceito de trespasse.

Em abril de 2008 foi feita uma apresentação para audição pública do SNC, tendo sido este aprovado pelo Conselho de Ministros em abril de 2009. Assim, o modelo de normalização que sucedeu ao POC é o SNC, com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2010 (após aprovação do Decreto-Lei n.º 148/2009, de 13 de julho).

Este novo modelo de normalização tende a aproximar o modelo português das IAS emanadas pelo IASB, e adotadas pela UE, dando desta forma cumprimento às Diretivas comunitárias, que visam sobretudo a harmonização contabilística.

A adoção do SNC proporcionou às empresas uma qualidade de relato financeiro que não estava ao alcance do POC, atendendo à diversidade e complexidade das operações. Manter o POC colocaria em risco, num curto intervalo de tempo, a capacidade competitividade das empresas portuguesas, podendo mesmo condicionar o desenvolvimento da economia portuguesa. Além disso, não se poderia deixar de adotar um sistema de relato financeiro similar ao já utilizado pela generalidade dos seus concorrentes no espaço europeu.

No âmbito do SNC, as questões relacionadas com as CAE são tratadas pela NCRF 14. A CNC substituiu a DC 1 pela NCRF 14, no que se refere às fusões, e a parte do Capítulo 13 do POC que se refere ao primeiro lançamento de consolidação e apuramento do *goodwill*.

As diferenças existentes entre o normativo POC e diretrizes contabilísticas, e o SNC, são de extrema importância, nomeadamente no que respeita às CAE e ao *goodwill*. Também nesta matéria é evidente um aumento da clareza, sistematização e consistência das normas, como daremos conta no ponto seguinte deste trabalho.

2.2.2.2 NCRF 14 – Concentrações de Atividades Empresariais

A presente dissertação incide sobre a análise do impacto da adoção do normativo SNC na informação relativa ao *goodwill* resultante de uma CAE. Desta forma, neste ponto daremos especial atenção à NCRF 14, que é a norma que trata da contabilização do *goodwill* numa CAE e que tem por base a IFRS 3. Assim, neste ponto do trabalho abordaremos alguns aspetos que julgamos serem relevantes para a compreensão da norma NCRF 14, e que vão servir de apoio ao nosso estudo empírico.

O objetivo da NCRF 14 é especificar quando se empreende uma CAE. Em particular, esta norma determina a utilização do método da compra para todas as CAE. Neste sentido, o adquirente reconhece os ativos, passivos, e passivos contingentes identificáveis, da adquirida pelos seus justos valores à data da aquisição. Se se verificar um custo de aquisição superior ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis, estamos na presença de um *goodwill positivo*, que deve ser reconhecido no ativo e sujeito a testes anuais de imparidade.

Na NCRF 14, o *trespasse (goodwill)* corresponde a benefícios económicos futuros, que serão resultantes de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O principal efeito desta norma está ao nível do *goodwill* gerado, quer via fusão, quer via consolidação. A norma não prevê o método da comunhão de interesses, pressupondo que existe sempre um comprador no caso de uma CAE. Por outro lado, a norma prevê que o *goodwill* resultante, caso seja positivo, deve ser registado em separado no ativo, não sendo este amortizável, mas antes sujeito a testes de imparidade anualmente e/ou em caso de indiciosa existência de imparidade do *goodwill*.

2.2.2.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial do goodwill

O *goodwill* é reconhecido contabilisticamente apenas quando adquirido por meio da compra de uma empresa, ou parte dela.

A mensuração do *goodwill* adquirido numa CAE é determinada pela diferença entre o valor de aquisição de uma entidade e a soma dos valores dos seus ativos e passivos identificáveis, tendo por base o justo valor de mercado desses mesmos ativos e passivos.

Segundo o disposto no § 32 da NCRF 14: “A adquirente deve à data da aquisição:

a) Reconhecer o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais como um ativo; e b) inicialmente mensurar esse *goodwill* pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de atividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis reconhecido de acordo com o parágrafo 23”.

Ao longo dos tempos a mensuração inicial do *goodwill* não sofreu grandes variações, sendo semelhante no tratamento recomendado pelo normativo nacional comparativamente com o normativo internacional.

2.2.2.2.2 Mensuração subsequente do *goodwill*

A mensuração subsequente tem sido alvo de importantes discussões e alterações no normativo internacional. Um ponto de elevada relevância abordado na NCRF 14 é o da mensuração após reconhecimento inicial do *goodwill*. Neste ponto, a normalização nacional previa, em POC, a amortização sistemática do *goodwill*; já a NCRF 14 do SNC prevê a manutenção do *goodwill* no ativo e a realização de um teste anual de imparidade.

O *goodwill* adquirido era reconhecido pelo anterior normativo português (DC 1 e POC) pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Já o atual normativo, no § 34 da NCRF 14, prevê o reconhecimento do *goodwill* pelo seu custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidade acumuladas.

O § 35 desta mesma norma prevê que o *goodwill* deve ser testado quanto a imparidade anualmente, ou com mais frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que pode estar em imparidade, de acordo

com a NCRF 12 – *Imparidade de Ativos*. Esta norma tem como objetivo prescrever os procedimentos a aplicar de forma a assegurar que os ativos de uma empresa sejam escriturados por não mais do que a sua quantia recuperável, ou seja, o princípio básico da imparidade é que um ativo não pode ser registado acima do seu valor de recuperação. Deste modo, a perda por imparidade é “a quantia pela qual a quantia escriturada de um ativo ou unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável” (NCRF 12, § 6).

A NCRF 12 dá indicações específicas sobre os testes de imparidade. Assim, os testes de imparidade ao *goodwill* resultante de uma CAE devem ser feitos seguindo a metodologia definida para as unidades geradoras de caixa (NCRF 12, §§ 40-54).

De acordo com a NCRF 12, os testes de imparidade são efetuados no final de cada exercício económico ou noutra data, caso se verifiquem indícios de perdas por imparidade. Ao avaliar se um ativo sofreu imparidade, são considerados, quer indicadores externos (alterações significativas com efeito adverso no ambiente), quer indicadores internos (evidencia de ativos danificados ou obsoletos).

Qualquer que seja a perda por imparidade reconhecida para o *goodwill*, esta não deve ser revertida em períodos posteriores (NCRF 12, § 64).

Refira-se, por fim, que as entidades reguladoras acreditam que este novo regime, que obriga a testes de imparidade ao *goodwill*, em relação ao anterior regime em que o mesmo era amortizado sistematicamente, reflete de forma mais consistente o seu valor.

2.2.2.2.3 Divulgações do *goodwill*

No âmbito da divulgação da informação sobre CAE e *goodwill*, a NCRF 14 é significativamente mais completa do que a informação exigida pelo normativo anterior. Com a aprovação do SNC houve um aumento das exigências ao nível da informação financeira com vista a melhorar (indiretamente) a eficácia do reconhecimento e da mensuração.

As divulgações feitas pelas empresas são de extrema importância para os utilizadores da informação financeira, tanto externos como internos, exigindo-se quantidade e qualidade das divulgações nas divulgações requeridas.

No que se refere concretamente à divulgação do *goodwill* numa CAE, deve haver uma descrição pormenorizada dos fatores que contribuíram para o reconhecimento do seu custo, bem como de cada ativo intangível que não tenha sido reconhecido separadamente do *goodwill*.

Com base na NCRF 12, e em relação às imparidades do *goodwill*, as entidades devem divulgar para cada uma das perdas por imparidade reconhecidas durante o período:

- A natureza do ativo;
- Os acontecimentos e circunstâncias que originaram o reconhecimento da perda por imparidade;
- A quantia reconhecida;
- Se a quantia recuperável do *goodwill* é o seu justo valor menos os custos de vender ou o seu valor de uso.

Apesar de todas as exigências de divulgação expressas nas normas, na prática verificamos que as mesmas nem sempre são cumpridas, conforme o nosso estudo empírico pode evidenciar no Capítulo IV deste trabalho.

2.2.3 NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das NCRF

Neste ponto do trabalho importa fazer referência à NCRF 3 – *Adoção pela primeira vez das NCRF*. Esta norma, nos termos do Aviso n.º 15 655/2009, tem por base a IFRS 1 – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* do IASB, e tem a particularidade de ser a primeira norma a ser usada e apenas no momento da transição de normativo, dado que a adoção do SNC implicou algumas alterações face ao POC.

Esta norma é, assim, utilizada aquando da emissão pela primeira vez das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF, de modo a assegurar a comparabilidade e uniformidade da informação financeira das empresas.

A NCRF 3 tem como objetivo assegurar que as primeiras Demonstrações Financeiras de uma entidade contenham informação transparente para os utentes e que permita uma comparação de valores mais apropriada, uma análise mais fiável, e que simultaneamente proporcione um ponto de partida conveniente para a contabilização segundo as NCRF.

De acordo com a NCRF 3 (§ 8), os ajustamentos resultam de acontecimentos e transações anteriores à data de transição para as NCRF e, por conseguinte, deverão ser reconhecidos em resultados transitados ou em outro item do capital próprio se tal se revelar mais adequado, à data da transição para as NCRF.

Esta norma estabelece duas categorias de exceções ao princípio, de que o Balanço de abertura esteja conforme com cada NCRF (NCRF 3, § 9):

- (a) Isenções de alguns requisitos de outras NCRF;
- (b) Proibições à aplicação retrospectiva de alguns aspetos de outras NCRF.

De entre o conjunto de isenções e proibições ao princípio de adoção integral das NCRF no Balanço de abertura, salienta-se a não aplicação retrospectiva da NCRF 14 a concentrações ocorridas no passado. Ou seja, a NCRF 3 prevê isenção na aplicação NCRF 14 (NCRF 3, § 10, alínea a)), o que significa que não é necessário refazer a contabilização das CAE ocorridas antes da transição para o SNC. No entanto, caso faça a aplicação retrospectiva, a entidade deverá fazê-lo para todas as CAE ocorridas anteriormente (e até à data de transição), devendo também aplicar a NCRF 12 e a NCRF 6.

A reexpressão dos valores das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009 segundo o POC, para os valores das mesmas a 1 de janeiro de 2010 de acordo com as NCRF, acarretou diversas alterações (mais ou menos relevantes) em determinadas rubricas.

Neste trabalho interessa analisar as alterações ocorridas na rubrica *goodwill* resultantes da mudança de normativos, dando especial atenção ao impacto da adoção da NCRF 14 no que ao *goodwill* se refere. Para esse efeito, efetuámos o estudo empírico, apresentado no Capítulo IV, evidenciando os impactos resultantes da adoção do SNC ao nível do *goodwill*, em particular quanto ao reconhecimento das suas perdas por imparidade.

CAPÍTULO III – REVISÃO DA LITERATURA

Em 1 de janeiro de 2010 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC. Apesar de já existirem alguns artigos de imprensa sobre o impacto da adoção do SNC, ainda é notória a grande escassez de artigos científicos sobre esta matéria, por se tratar de uma temática relativamente recente.

A revisão da literatura efetuada neste capítulo foi realizada com base em opiniões de especialistas e estudos existentes realizados no âmbito das normas internacionais. Dado que as novas normas nacionais (NCRF) são fortemente inspiradas nas IAS/IFRS, julgamos ser útil perceber os impactos da adoção das NCRF, em particular na rubrica *goodwill*.

Diversos autores têm tecido opiniões relativamente às alterações e impactos verificados com a transição para as IAS/IFRS, assim como relativamente à polémica subjacente à adoção do modelo do justo valor na mensuração dos seus ativos. Os estudos surgem um pouco por todos os países, dado que também eles tiveram de ajustar o seu normativo nacional às IAS/IFRS.

Desta forma, na revisão da literatura qualificamos os estudos por três grupos: no primeiro é avaliado o impacto da aplicação das IAS/IFRS em países que não Portugal; no segundo grupo, analisamos o impacto em Portugal da transição para as IAS/IFRS; e finalmente, no terceiro grupo, integrou-se os estudos que documentam o impacto da aplicação da IFRS 3.

3.1 Impacto da aplicação das IAS/IFRS em países que não Portugal

Neste primeiro grupo encontram-se os estudos que avaliam o impacto da aplicação das IAS/IFRS em países que não Portugal, analisando os efeitos da transição na informação financeira, especialmente na rubrica *goodwill*.

Em Espanha, ao analisarem os impactos da adoção das IAS/IFRS em empresas não financeiras espanholas com valores cotados, Perramon e Amat (2006)

verificaram que as principais diferenças entre as IAS/IFRS e o normativo espanhol se encontravam na aplicação do justo valor e na contabilização do *goodwill*. Estes autores concluíram que a aplicação do justo valor e a nova contabilização do *goodwill* são os parâmetros que na transição mais influenciaram os resultados das empresas.

Num estudo realizado sobre o impacto da adoção das IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras de diversas empresas espanholas, Callao *et al.* (2007) constataram que os ativos fixos e os inventários foram as únicas rubricas para as quais não se verificaram variações significativas. Estas constatações prendem-se com o facto de a maioria das empresas ter optado por não alterar a valorização dos ativos fixos para o justo valor, continuando a vigorar o espírito conservador na preparação da informação financeira devido a fatores culturais e legais.

No Reino Unido, Stenka *et al.* (2008) apresentaram um estudo sobre o impacto da aplicação das IAS/IFRS no resultado líquido e nos capitais próprios das sociedades com valores cotados, tendo verificado que o *goodwill* foi o maior responsável pelo elevado impacto ao nível do resultado líquido.

Também Stenka e Ormrod (2007) verificaram que em empresas do Reino Unido a alteração no tratamento do *goodwill* contribuiu para o aumento total dos lucros das mesmas no período de transição.

Horton e Serafeim (2008) analisaram os ajustamentos e o impacto da transição das normas inglesas para as IFRS, e concluíram que os ajustamentos relacionados com a imparidade do *goodwill* e a introdução das IFRS tiveram um impacto significativo, constatando que os resultados são mais baixos do que antes da transição.

Um estudo realizado por Henriques *et al.* (2010) a empresas Luxemburguesas no momento da transição de normativos, permitiu analisar as diferenças entre os dois normativos (nacional e internacional). Da análise às diferenças no tratamento contabilístico de algumas rubricas do Balanço, Henriques *et al.* (2010) concluiu

que o *goodwill* foi uma das rubricas que sofreu aumento com a adoção das IAS/IFRS.

Segundo o estudo que Sahut et. al (2011) realizaram sobre a transição para as IFRS por parte de empresas francesas, constatou-se que com a mudança de normativos o *goodwill* sofreu aumento de valor. Esta rubrica passou a representar uma percentagem superior no total do ativo, face ao que representava antes da transição. Os resultados deste estudo evidenciaram igualmente que, na fase de transição de normativos, muitas empresas transferiram para a rubrica *goodwill*, os intangíveis que não cumpriam os requisitos de reconhecimento.

Já Ferrari e Montanari (2010) analisaram o efeito da transição do normativo nas empresas italianas, e concluíram que os efeitos no *goodwill* relacionados com a aplicação de testes de imparidade permitiram contrabalançar as reduções verificadas nos ativos intangíveis pelo desreconhecimento de itens que não cumpriam os respetivos critérios de reconhecimento.

Mais recentemente, Pascu e Vasiliu (2011) realizaram um estudo onde recolheram evidência da existência de incompatibilidades entre a IFRS-PME e as Diretivas Contabilísticas europeias, de entre as quais se destacam a vida útil do *goodwill*, o reconhecimento imediato do *goodwill* negativo e a reversão de perdas por imparidade reconhecidas para o *goodwill*.

Dos resultados dos estudos analisados, podemos concluir que, no processo de transição para a aplicação das IAS/IFRS, das rubricas que mais contribuíram para impactos positivos destaca-se o *goodwill*. Tal deve-se à alteração de política contabilística do *goodwill*, passando a estar sujeito a testes de imparidade em vez da anterior amortização sistemática.

3.2 Impacto da transição para as IAS/IFRS em Portugal

Neste segundo grupo, englobamos os estudos empíricos que analisaram o impacto em Portugal da transição do normativo nacional para as IAS/IFRS.

Lemos (2006) analisou o impacto da aplicação das IFRS, em 1 de janeiro de 2005, em algumas empresas com valores cotados na *Euronext* Lisboa. Este estudo incidiu sobre o impacto no resultado líquido e capitais próprios, tendo os seus resultados demonstrado que ambos aumentam devido às alterações ao nível do *goodwill*, despesas de investigação e de instalação.

Ao nível da gestão de resultados, Fernandes (2007) desenvolveu um estudo sobre o impacto da entrada em vigor das IFRS em empresas portuguesas com valores cotados em bolsa. Este estudo identificou as principais diferenças existentes entre o POC e as IFRS, tais como: a introdução nas IFRS do conceito de justo valor e a possibilidade de se optar por mensurar os ativos fixos tangíveis ao custo histórico ou ao justo valor; o desaparecimento das rubricas extraordinárias, uma vez que para as normas internacionais todos os custos e proveitos são operacionais; e no novo normativo o *goodwill* deixar de ser amortizado, passando a estar sujeito exclusivamente a testes de imparidade. Neste estudo não foram encontradas evidências de que a entrada em vigor das IFRS origine níveis de gestão de resultados superiores, comparativamente com o anterior normativo

Apesar do estudo que Lopes e Viana (2008) realizaram sobre as divulgações efetuadas por empresas portuguesas com valores cotados, no que respeita ao impacto verificado na transição para as IFRS, não ter tido a profundidade pretendida, dele se pode concluir que grande parte das empresas não efetuou de forma adequada as divulgações que lhes eram exigidas, comparando em alguns casos apenas divulgações em termos quantitativos e noutros apenas qualitativos. Os maiores impactos verificados foram na área do reconhecimento de intangíveis e na contabilização do *goodwill*, no qual 77% das empresas analisadas ajustaram os capitais próprios e resultados.

Também no estudo realizado por Costa (2008), no qual averiguou as consequências da transição para as IAS/IFRS, verificou-se que uma das rubricas que sofreu um grande impacto com a adoção de um novo normativo foi a rubrica *goodwill*, referida por mais de 50% das empresas da amostra.

Silva *et al.* (2009) ao analisarem o impacto da aplicação das IFRS num conjunto de empresas portuguesas com valores cotados, entre o final dos períodos de 2004 e 2005, verificaram que o total do ativo sofreu um incremento de 3,2% o capital próprio aumentou 3,4%, enquanto o passivo e resultado líquido aumentaram 14%. Os mesmos autores concluíram, ainda, que a rubrica dos ativos fixos tangíveis foi das poucas rubricas do ativo que não contribuiu para uma variação positiva do mesmo, contrariamente à maioria das restantes rubricas. As conclusões deste estudo apontam para a existência de um grande impacto na adoção das IFRS.

Já Silva (2010), ao analisar um conjunto de empresas com valores cotados na Bolsa de Lisboa à data de 31 de dezembro de 2004, concluiu que o *goodwill* sofreu uma diminuição com a transição do normativo português para as normas internacionais. Essa diminuição foi justificada com facto de o normativo internacional ser mais restritivo no reconhecimento do *goodwill*.

Também Carvalho *et al.* (2010) analisaram as contas de 33 empresas com valores cotados na *Euronext* Lisboa a 31 de dezembro de 2004, no que diz respeito ao tratamento contabilístico do *goodwill* no período de transição do normativo nacional para as IAS/IFRS. Estes autores concluíram que o que mais afetou (negativamente) os capitais próprios das empresas em causa foram os ajustamentos efetuados ao *goodwill*, derivados do reconhecimento de perdas por imparidade. Os autores verificaram, também, que devido à anulação das amortizações do exercício de 2004 registadas de acordo com o normativo nacional, foram evidenciados ajustamentos positivos referentes ao *goodwill*. Desta forma, apesar da mudança do tratamento contabilístico do *goodwill* originar impactos positivos nos resultados das empresas, a sua não amortização só originará resultados superiores se dos testes por imparidade não resultar uma perda superior à quantia da amortização do exercício que deixou de ser reconhecida. Ainda de acordo com estes autores, os resultados do estudo, embora não sendo conclusivos, deixam em aberto a possibilidade de algumas empresas terem encetado práticas de manipulação de resultados na data de transição, nomeadamente via *big bath*. Reforçam esta possibilidade pela

insuficiente informação divulgada sobre os procedimentos e as bases utilizadas na realização dos testes de imparidade naquele período.

De forma a avaliar o impacto da adoção das IAS/IFRS nas contas consolidadas das empresas com valores cotados na bolsa de Lisboa, em 1 de janeiro de 2005, Henriques *et al.* (2010) realizaram um estudo no qual concluíram que o método utilizado na valorização dos ativos fixos e do *goodwill* foram as principais causas dos impactos significativos verificados. A transição do normativo nacional para o internacional teve um impacto relevante, sendo que o efeito verificado nos resultados deveu-se à contabilização de perdas por imparidade, alterações do método de amortização e à anulação da amortização do *goodwill*.

3.3 Impacto da aplicação dos testes de imparidade ao *goodwill*

Neste grupo estão integrados os estudos que evidenciaram o impacto da aplicação dos testes de imparidade ao *goodwill*.

Recorde-se que as grandes mudanças com a emissão da IFRS 3, em março de 2004, foram a forma a eliminação do método da comunhão de interesses nas CAE e a proibição da amortização do *goodwill*, sujeitando-o exclusivamente a testes de imparidade.

Os impactos verificados na aplicação dos testes de imparidade ao *goodwill* foram tanto a nível da posição financeira e desempenho das empresas, como na qualidade da informação financeira divulgada. Autores como Hayn e Hughes (2006), Carlin *et al.* (2007) e Bens *et al.* (2011) evidenciaram nos seus estudos existir insuficiente informação financeira divulgada, relativamente ao reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* e ao seu tratamento subsequente. Desta forma, estas novas exigências normativas acabam por afetar negativamente a qualidade dos resultados, dado que o desempenho das empresas não é bem perceptível.

Cazavan-Jeny e Jeanjean (2007) defenderam que os impactos da transição são limitados em relação aos elementos essenciais, uma vez que as empresas utilizam as isenções opcionais da norma, de forma a compensar os ajustamentos obrigatórios no capital próprio, e assim melhorarem a sua influência aparente e alavancagem.

Com o objetivo de averiguar se a IFRS 3 pode ser ou não utilizada de forma a manipular resultados, e se é uniformemente implementada nos diferentes países da UE, 8, Poel *et al.* (2008) realizaram um estudo em empresas de 15 Estados membros para os anos de 2005 e 2006, no qual concluíram que os gestores não aplicaram os procedimentos dos testes de imparidade do *goodwill* da mesma forma entre os diferentes países. As empresas reconhecem as perdas quando se verifica um alisamento de resultados ou quando estes são inesperadamente baixos (*big bath*).

Do mesmo modo Haman e Jubb (2007) realizaram um estudo sobre a aplicação das novas regras de contabilização do *goodwill* na Austrália, o qual sugere que a sujeição exclusiva do *goodwill* a testes de imparidade dá alguma flexibilidade aos gestores na determinação do seu valor recuperável.

Haller *et al.* (2009) investigaram o impacto da adoção pela primeira vez das IFRS nas Demonstrações Financeiras consolidadas de 103 empresas alemãs com valores cotados. Analisando as reconciliações do capital próprio e do resultado líquido preparadas por essas empresas para efeitos comparativos da sua informação financeira, no primeiro exercício em que adotaram as IFRS, verificou-se um aumento significativo, quer no capital próprio, quer no resultado líquido de exercício. A IFRS 3 foi uma das normas que mais contribuiu para aquele aumento do resultado líquido.

Outros autores (Armstrong *et al.*, 2006; Barth *et al.*, 2008; Calixto, 2010; Li, 2010; Paglietti, 2009; Pinheiro, 2007) defendem que após a adoção da IFRS 3 a qualidade da informação aumenta. No entanto, alertam para o facto de que a forte legislação fiscal vigente em alguns países condiciona os impactos qualitativos da informação que é prestada.

Assim, e apesar do objetivo da IFRS 3 ser o de aumentar a qualidade e a comparabilidade na contabilização do *goodwill*, estudos como os de Jahmani *et al.* (2010), Shalev (2009) e Carvalho *et al.* (2008) revelaram que esses objetivos nem sempre são atingidos.

Comiskey e Mulford (2010) e Carlin e Finch (2010) concluíram nos seus estudos que a determinação do valor recuperável do *goodwill* e a seleção das respetivas taxas de desconto são muito heterogéneas entre empresas, enquanto Peterson e Plenborg (2010) demonstraram que algumas entidades nem sequer definem as unidades geradoras de caixa (UGC), tal como é exigido pelas normas.

Por seu lado, Bens *et al.* (2011) demonstraram que se verificou uma negativa reação do mercado quanto à não amortização do *goodwill*, especialmente nas empresas com maior dimensão e com mais elevada assimetria de informação.

A divulgação da informação relacionada com o *goodwill*, nomeadamente sobre as perdas por imparidade do *goodwill*, é insuficiente e muito heterogénea, verificando-se um reduzido nível de cumprimento com os requisitos de divulgação das normas, conforme comprovam os estudos de Glaum *et al.* (2013), Carlin e Finch (2010) e Shalev (2009).

Num estudo mais recente, Camodeca e Almici (2012) verificaram que os processos relativos à realização dos testes de imparidade do *goodwill* revelam um maior grau de cumprimento com as normas nos grupos de maior dimensão, mas que o nível de divulgação é reduzido.

Os estudos apresentados evidenciam que todo o processo de transição de normativos pode ter consequências relevantes ao nível do capital próprio e dos resultados das empresas, existindo determinadas rubricas com efeitos mais significativos do que outras, de entre as quais se destaca o *goodwill*. Por outro lado, também se pode concluir que não é consensual que a aplicação dos testes de imparidade ao *goodwill* tenha incrementado a qualidade da informação financeira divulgada aos seus utilizadores.

CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo do nosso trabalho tem por base a nossa análise às Demonstrações Financeiras consolidadas de uma amostra de entidades sem valores cotados, com informação financeira disponível na *internet*, com o objetivo de analisar o impacto da adoção do SNC ao nível do *goodwill* e o respetivo cumprimento com os requisitos de divulgação.

A pesquisa iniciou-se com uma revisão da literatura da qual pretendeu-se obter informações relevantes sobre o objeto de estudo. Foram consultadas obras editadas, artigos publicados em revistas da especialidade e páginas na *internet*, para conhecer o tipo de divulgação sobre o *goodwill*.

Neste sentido, além da definição dos objetivos, da amostra e a metodologia utilizada no nosso estudo empírico, apresentar-se-á os resultados obtidos e a respetiva análise dos mesmos.

Refira-se que, de acordo com o SNC, a partir de 1 de janeiro de 2010, as empresas portuguesas sem valores cotados passaram a apresentar as suas Demonstrações Financeiras segundo as NCRF. De acordo com o novo normativo, as empresas foram obrigadas a reexpressar as suas Demonstrações Financeiras do período de 2009 segundo o SNC.

4.1 Objetivos do estudo

Com este estudo, pretende-se avaliar os impactos da transição do normativo POC para o SNC, nas contas consolidadas das empresas portuguesas sem valores cotados, no que respeita ao tratamento contabilístico do *goodwill*, e em particular as respetivas perdas por imparidade. Pretendeu-se, igualmente, analisar o nível de cumprimento com as divulgações exigidas sobre o *goodwill* e respetivas perdas por imparidade nos períodos de 2010 e 2011.

A apresentação das contas das empresas de acordo com o normativo SNC tornou-se obrigatória no período de 2010. No entanto, e de acordo com o exigido

pela NCRF 3, as empresas foram obrigadas a apresentar um Balanço de acordo com este novo normativo na data de transição, assim como divulgar uma reconciliação dos capitais próprios e dos resultados líquidos que evidenciasse os ajustes inerentes a esta transição. Apesar da generalidade das empresas cumprir com o disposto na NCRF 3, nem sempre a explicação dos ajustes de transição foi suficiente para a correta reconciliação dos valores do *goodwill*, e assim, para além de analisarmos os relatórios de 2010, tivemos que analisar também o conteúdo dos relatórios e contas de 2009.

A opção pela análise das Demonstrações Financeiras desde 2009 prende-se com o facto de se pretender comparar os valores dos normativos POC e SNC divulgados pelas empresas da amostra, o que permite uma comparação fiel e apropriada dos números divulgados e, desta forma, uma análise do impacto da aplicação do novo normativo nos números apresentados nas Demonstrações Financeiras.

De forma a alcançar os objetivos por nós propostos, inicialmente definimos a amostra e, posteriormente, a descrição da metodologia utilizada.

4.2 Definição da amostra

Quando nos propusemos elaborar este trabalho, estabelecemos inicialmente utilizar as contas consolidadas das empresas do distrito de Aveiro. No entanto, apercebemo-nos que são poucas as empresas que consolidam e que têm as suas contas consolidadas disponíveis para consulta.

Tendo em conta a grande dificuldade em obter relatórios em número suficiente que justificasse este estudo, fomos forçados a alargar o seu âmbito, e a amostra foi obtida a partir de relatórios e contas consolidadas de empresas portuguesas sem valores cotados em bolsa. Para a amostra foram selecionadas 13 empresas a partir de um conjunto de empresas portuguesas sem valores cotados em bolsa e criteriosamente selecionadas de entre as 500 maiores segundo o ranking da revista “Exame” no ano de 2011 (avaliadas para o ano de 2010).

Da lista de empresas indicadas pela revista “Exame” (500) seleccionámos as empresas que têm relatórios e contas disponíveis *online*, o que totalizou 101 empresas. Destas extraímos as empresas que adotam as IAS/IFRS (37), as empresas que apenas apresentam relatórios e contas individuais (31), as que pertencem ao setor específico – saúde (11), as que utilizam um período económico diferente (4) e, ainda, as empresas que apresentam os relatórios e contas em espanhol (2).

Assim, desta primeira análise obtivemos um universo de 16 empresas com contas consolidadas que plicam o SNC, uma vez que para o nosso trabalho apenas estas relevam, já que o *goodwill* apenas tem expressão nas contas consolidadas. Daquele conjunto de 16 empresas retirámos, ainda, as empresas que não apresentam valores de *goodwill* nas suas Demonstrações Financeiras no ano de 2009.

Numa tentativa de obter um maior número de empresas para a amostra, também recorremos à base de dados SABI. No entanto, esta base de dados disponibiliza maioritariamente informação quantitativa, do Balanço e das Demonstrações dos Resultados, não contemplando os valores das perdas por imparidade do *goodwill*, pelo que não foi possível utilizar aquela base de dados. Com efeito a informação relativa ao valor da imparidade do *goodwill* encontra-se nas notas do Anexo, não sendo autonomamente apresentada na Demonstração dos Resultados.

De forma a evitar uma reduzida dimensão da amostra, foram ainda adicionadas algumas empresas com contas consolidadas (6) que, embora não pertencendo ao grupo das 500 maiores empresas, reuniam as condições necessárias para serem integradas na amostra deste estudo.

Após a seleção da amostra surgiram alguns obstáculos, dado que em anos posteriores ao da transição as empresas deixaram de ter disponíveis na *internet* os seus relatórios e contas, informação que nos tínhamos proposto analisar para os anos seguintes. Foram feitas diversas tentativas de diretamente obter essa informação, mas sem sucesso. Assim, fez-se novamente alguns ajustes à

amostra, não tendo sido de todo possível aumentar o número de empresas da nossa amostra, o que configura uma limitação do nosso estudo.

De acordo com o exposto anteriormente, é de salientar que esta amostra não é representativa da população, não obstante todo o esforço na tentativa de alargar a sua dimensão. Este estudo baseia-se na análise dos Relatórios e Contas de quatro períodos diferentes, de 2009, 2010, 2011 e 2012, tendo a recolha de dados se concentrado nas notas explicativas no Anexo relativas ao *goodwill* e respetivas perdas por imparidade, para cada um destes anos.

Na Tabela 1 é apresentada a definição da amostra, a partir das “500 Maiores & Melhores” empresas, segundo a revista Exame para o ano de 2011.

Tabela 1 – Definição da amostra

Total de empresas "EXAME 500 Maiores & Melhores"	500
Relatórios e contas não disponíveis <i>online</i>	-399
Aplicação das IAS/IFRS	-37
Relatórios e contas individuais	-31
Setor específico - saúde	-11
Período económico diferente	-4
Relatórios e contas em espanhol	-2
Relatórios e contas consolidadas	16
- Não apresentação de <i>goodwill</i> no ativo	-9
+ Empresas extra às “500 Maiores & Melhores”	+6
Total de empresas da amostra	13

Fonte: Elaboração própria

Da análise da Tabela 1, há a realçar que em Portugal não existem muitas empresas que disponibilizem as suas contas *online*, tal como são obrigadas pela legislação comercial, e que apresentem *goodwill* no seu Balanço consolidado.

Na Tabela 2 identificamos as empresas pertencentes à nossa amostra, organizadas por ordem alfabética.

Tabela 2 – Empresas que compõem a amostra

Empresa
ADP - Águas de Portugal SGPS, S.A.
Barranqueiro, SGPS
Colep Portugal, S.A.
Conduril - Engenharia, S.A.
Efacec Capital, SGPS
LS - Luís Simoes , SGPS, S.A.
Monteadriano, SGPS
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.
Rodoviária do Tejo, S.A.
S.T.E.T. - Sociedade Técnica de Equipamentos e Tratores, S.A.
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
Sogrape Vinhos, S.A.
Sonagi, SGPS

Fonte: Elaboração própria

No sentido de dar a conhecer em mais pormenor a amostra, repartimos a mesma pelo respetivo por setor económico de atividade (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição da amostra por setor de atividade

Setor Económico	N.º de Grupos	%
Transportes e distribuição	3	23
Agro-indústria	2	15
Construção	2	15
Equipamento de transporte	1	8
Material elétrico e de precisão	1	8
Act. das sociedades gestoras de participações sociais	1	8
Captação, tratamento e distribuição de água	1	8
Metalomecânica e metalurgia de base	1	8
Minerais metálicos e não metálicos	1	8
Total	13	100

Fonte: Elaboração própria

Conforme se pode constatar da Tabela 3, das 13 empresas que compõem a nossa amostra, 23% são do setor de transportes e distribuição, seguindo-se com 15% as empresas da construção simultaneamente com as empresas da agro-indústria. Os restantes setores de atividade representam cada um 8% da nossa amostra.

4.3 Metodologia de investigação

A metodologia utilizada no estudo empírico consistiu na análise de conteúdo dos relatórios e contas consolidadas de uma amostra de empresas portuguesas que adotam o SNC, nos períodos de 2010 a 2012.

Para alcançar os objetivos propostos deste estudo, foi realizada uma análise na qual os dados recolhidos são de natureza quantitativa (informação sobre a empresa, peso do *goodwill* em algumas das rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados e montante das perdas por imparidade reconhecidas), mas também de natureza qualitativa – levantamento de informação no anexo às contas sobre as divulgações relacionadas com os testes de imparidade ao *goodwill*.

Por exigência da NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das NCRF, as empresas eram obrigadas a apresentar no seu Anexo uma nota com as explicações acerca da transição para as NCRF. Resultante desta obrigação, apesar de divulgação não obrigatória, as empresas apresentaram um Balanço de Abertura de acordo com o SNC, reportado à data de transição (31-12-2009) para o SNC, bem como as primeiras Demonstrações Financeiras segundo o SNC (período de 2010) e uma reconciliação dos capitais próprios que evidenciava os ajustamentos de transição efetuados. Quando algumas das empresas não cumpriu com o disposto na NCRF 3, recorreu-se ao auxílio dos relatórios e contas de 2009.

Depois de efetuada uma breve análise daqueles principais aspetos regulados pela NCRF 3, analisámos o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pela norma. Por fim, procedemos à análise específica dos ajustamentos de transição sobre o *goodwill* nas empresas da amostra.

Para responder ao objetivo de analisar as alterações ocorridas na rubrica *goodwill* resultantes da mudança de normativos, dando especial atenção ao impacto da adoção da NCRF 14 no que ao *goodwill* se refere, evidenciamos os impactos resultantes da adoção do SNC ao nível do *goodwill*, em particular quanto ao reconhecimento das suas perdas por imparidade.

Depois de recolhida a informação através da análise de conteúdo, recorreu-se ao Microsoft Office Excel 2007 para se poder proceder ao tratamento e análise posterior dos dados. A nossa opção por esta metodologia de investigação está relacionada com o alcance dos objetivos apresentados anteriormente e por ser o método mais adequado para obter a informação necessária e responder aos objetivos propostos.

4.4 Análise e discussão dos resultados

4.4.1 A relevância do *goodwill* no Balanço

Para avaliar a relevância do *goodwill* no Balanço, fizemos uma análise do peso relativo que o *goodwill* assume no total dos ativos intangíveis, no total do ativo e no total do capital próprio no Balanço dos grupos da nossa amostra. A Tabela 4 mostra o peso relativo do *goodwill* em cada uma das rubricas do Balanço anteriormente mencionadas.

Tabela 4 - Peso relativo do *goodwill* sobre algumas rubricas do Balanço

Rácios	Anos			
	2009	2010	2011	2012
<i>Goodwill</i> / Total dos Intangíveis (incluindo <i>Goodwill</i>)	8%	8%	8%	8%
<i>Goodwill</i> / Total do Ativo	3%	3%	3%	3%
<i>Goodwill</i> / Total do Capital Próprio	15%	15%	15%	14%

Fonte: Elaboração própria

Como se pode verificar, na nossa amostra o *goodwill* representa 8% do total dos ativos intangíveis, tendo mantido o mesmo peso relativo ao longo dos 4 anos analisados.

Verificou-se a mesma tendência no que se refere ao peso do *goodwill* no total do ativo, representando 3% do peso relativo ao longo dos 4 anos.

O rácio “*Goodwill* / total do Capital Próprio” é de elevada importância, dado que nos permite avaliar a importância relativa do *goodwill*, além de nos dar também

uma indicação da vulnerabilidade da empresa a uma possível perda por imparidade do *goodwill* reconhecido no seu Balanço. Quando analisamos os valores daquele rácio na Tabela 4, verificamos que o *goodwill* começou por representar 15% dos capitais próprios de cada uma das empresas em 2009, mantendo a mesma percentagem nos dois anos seguintes (2010 e 2011), e decrescendo ligeiramente para 14% em 2012.

Na Tabela 5 apresentamos o impacto da transição nos totais de algumas rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados.

Tabela 5 - Impacto em algumas rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados

Rúbricas	Normativo	Total (milhares de €)
Total Intangíveis s/ <i>Goodwill</i>	POC	356,103
	SNC	4,261,152
Total do Ativo	POC	10,696,477
	SNC	11,030,306
Total do Capital Próprio	POC	2,072,132
	SNC	2,445,941
Total do Resultado Líquido	POC	193,733
	SNC	221,583
Total do Resultado Operacional	POC	432,324
	SNC	415,234
<i>Goodwill</i>	POC	357,019
	SNC	355,026

Fonte: Elaboração própria

Da análise da Tabela 5, podemos observar que com a aplicação do SNC, quer o total dos ativos intangíveis, quer o total do ativo, e até o total do capital próprio, das empresas analisadas, registaram um aumento de valores em relação aos valores que dispunham no normativo POC.

No que concerne às rubricas de resultados, verificamos que na transição para o normativo SNC os resultados operacionais diminuem, enquanto no resultado líquido do período se verifica um aumento.

Relativamente ao *goodwill*, na transição do POC para o SNC, registou-se um decréscimo de valor. Esta variação será analisada com maior detalhe no ponto 4.4.3. do nosso trabalho.

4.4.2 Apresentação do *goodwill* no Balanço

Tendo por base o enquadramento normativo efetuado no Capítulo II, fizemos uma primeira síntese dos principais requisitos de apresentação e divulgação do *goodwill* por norma aplicável do SNC, a qual se apresenta na Tabela 6.

Tabela 6 - Requisitos de apresentação e divulgação do *goodwill* exigidos pelas NCRF

NCRF	Requisitos de apresentação e divulgação do <i>goodwill</i>
NCRF 1	Apresentação do <i>goodwill</i> no Balanço de 2010
	Utilização da isenção prevista na NCRF 3
NCRF 3	Ajustamentos efetuados ao <i>goodwill</i> no período de transição
	Fundamentação dos testes de imparidade nas condições à data de transição
NCRF 12	Reconciliação da quantia escriturada do <i>goodwill</i> em 2010
NCRF 14	Divulgação por cada perda por imparidade reconhecida em 2010

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 7 encontra-se a apresentação autónoma do *goodwill* no Balanço de 2010, sob a forma de frequências observadas. Verificamos que as empresas que apresentam autonomamente o *goodwill* no Balanço apresentam uma maior frequência observada (77%), o que corresponde a um total de 10 empresas, o demonstra a relevância deste ativo. Este resultado vai ao encontro do estabelecido na NCRF 1 – *Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras*, que define que linhas de itens adicionais, tais como, títulos e subtotais, podem ser

apresentados na face do Balanço quando for relevante para uma melhor compreensão da posição financeira da entidade.

Verificamos, ainda na Tabela 7, que apenas uma empresa agregou o *goodwill* aos restantes ativos intangíveis para apresentação do Balanço, e que outras duas deixaram de apresentar saldo.

Tabela 7 - Apresentação autónoma do *goodwill* no Balanço de 2010

Apresentação autónoma do <i>goodwill</i> no Balanço de 2010	Frequências observadas	
	N.º	%
Sim	10	77
Não	1	8
Não apresenta saldo	2	15
Total	13	100

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 8 mostra a designação do *goodwill* apresentada no Balanço de 2010 para as 10 empresas anteriormente identificadas na Tabela 7. Assim, verifica-se que, no universo das 10 empresas que apresentam autonomamente o *goodwill* no Balanço de 2010, 7 utilizam a expressão *goodwill*, sendo esta a expressão mais utilizada, tal como o prescrito nas NCRF. No entanto, há ainda duas empresas que adotam o termo “diferenças de consolidação” e uma empresa que utiliza simultaneamente ambos os termos.

Tabela 8 - Designação apresentada no Balanço de 2010

Designação apresentada no Balanço	Frequências observadas	
	N.º	%
<i>Goodwill</i>	7	70
Diferenças de consolidação	2	20
Diferenças de consolidação/ <i>goodwill</i>	1	10
Total	10	100

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à utilização da isenção de aplicação retrospectiva prevista na NCRF 3, todos os grupos económicos optaram por aplicar aquela isenção. Desta forma, os valores de *goodwill* apresentados correspondem a aquisições anteriores à aplicação da norma, os quais eram sujeitos a amortizações sistemáticas, e que desde aquela data passaram a estar sujeitos a testes de imparidade, não se tendo procedido a qualquer reexpressão das Demonstrações Financeiras para CAE anteriores.

4.4.3 Impactos da adoção do SNC quanto ao *goodwill*

A Tabela 9 foi elaborada com o objetivo de analisar se as empresas da nossa amostra cumpriram com as exigências da NCRF 3, e se ao nível da rubrica do *goodwill* se verificou ajustamentos ou não.

Da análise da Tabela 9, verificamos que todas as empresas da amostra cumpriram com a exigência dos §§ 5 e 13 da NCRF 3, apresentando assim o Balanço de abertura de acordo com as NCRF e um ano de informação comparativa.

Tabela 9 - Cumprimento com as exigências de divulgação da NCRF 3

Empresa	Balanço de abertura de acordo com as NCRF	Informação comparativa 2009 §13	Reconciliação do capital próprio §14 a)	Reconciliação resultado líquido § 14 b)	Perdas por imparidade e § 14 c)	Reconciliação dos fluxos de caixa § 15	Distinção de correções de erros e alterações às políticas contabilísticas	Reconciliação da demonstração dos resultados	Ajustamento do <i>goodwill</i>
ADP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Barranqueiro, SGPS	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Colep Portugal, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Conduril - Engenharia, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efacec Capital, SGPS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Monteadriano, SGPS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Rodoviária do Tejo, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
S.T.E.T. - Sociedade Técnica de Equipamentos e Tratores, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sogrape Vinhos, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sonagi, SGPS	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à explicação da transição das perdas por imparidade de acordo com a alínea c) do §14 da NCRF 3, apenas foi divulgada pelas seguintes empresas: Efacec, Monteadriano, Secil e Sogrape. As restantes empresas referiam o facto de não terem sido encontradas evidências de imparidade.

Importa igualmente referir que todos estes ajustamentos efetuados por força da reexpressão das Demonstrações Financeiras, tirando as reclassificações, foram relevados nos capitais próprios, como determina a NCRF 3. Ainda decorrentes destes ajustamentos do *goodwill*, e pelo facto de se abandonar as amortizações sistemáticas em prol da realização anual dos testes de imparidade, verificamos um impacto positivo nos resultados, sendo estes superiores após a transição para as NCRF.

Na Tabela 10 encontra-se a avaliação da fundamentação dos testes de imparidade no ano de transição.

Tabela 10 - Fundamentação dos testes de imparidade na transição

Fundamentação dos testes de imparidade	Ano da transição			
	Empresas que realizaram testes de imparidade		Empresas que reconheceram perdas por imparidade	
	N.º	%	N.º	%
Sim	9	69%	3	23%
Não	4	31%	10	77%

Fonte: Elaboração própria

Da análise da Tabela 10 verificamos que o número de empresas que realizaram testes de imparidade na transição é elevado, representando 69% da totalidade da nossa amostra.

Da análise aos relatórios e contas da amostra, constatámos que, na data da transição, apenas 3 empresas (23% da amostra) reconheceram e divulgaram as perdas por imparidade do *goodwill*, enquanto as restantes empresas não o fizeram.

A seguir identificamos algumas das principais justificações mais utilizadas pelas empresas para os ajustamentos efetuados na rubrica *goodwill* na fase de transição:

- Não se fez a reafecção dos valores de 2009 dado serem imateriais e não afetarem a comparabilidade;
- Reconhecimento integral de imparidade e perda reconhecida como gasto de 2009 influenciando o resultado líquido;
- Efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*. Caso haja perda por imparidade, esta é reconhecida sempre que o valor contabilístico exceda o seu valor recuperável;
- Apenas o desreconhecimento da amortização do *goodwill*; não ocorreu qualquer reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o Balanço de abertura em 2009;
- Deixou de estar nas contas e não faz qualquer referência no anexo de 2010;
- Movimento ocorrido na rubrica Capital Próprio.

Na análise aos relatórios e contas das empresas da amostra, caracterizámos a natureza dos movimentos efetuados ao *goodwill* após a adoção do SNC, conforme se apresenta na Tabela 11.

Tabela 11 - Natureza dos movimentos efetuados ao *goodwill*

Natureza dos Movimentos	2009 (SNC)		2010		2011		2012	
	Ajustes	%	Ajustes	%	Ajustes	%	Ajustes	%
Diferenças Cambiais	3	17%	4	19%	3	25%	5	50%
Alterações de Perímetro	-	-	1	5%	1	8%	-	-
Aumentos/ Aquisições	11	61%	6	29%	3	25%	2	20%
Diminuições/Alienções	2	11%	3	14%	-	-	1	10%
Perdas por Imparidade	1	6%	1	5%	3	25%	1	10%
Reclassificações do <i>Goodwill</i>	-	-	5	24%	1	8%	-	-
Outros	1	6%	1	5%	1	8%	1	10%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à natureza dos movimentos efetuados ao *goodwill*, verificamos que os *Aumentos/Aquisições* representam a maior parte dos movimentos em 2009 e

2010, com 61% e 29%, respetivamente. Em 2011 este tipo de movimento representa 25% da totalidade dos ajustes, enquanto em 2012 representa apenas 20%. Assim, verifica-se um decréscimo na utilização dos movimentos por Aumentos/Aquisições de 2009 até 2012.

Os movimentos por *Diferenças Cambiais* assumem uma percentagem elevada em cada um dos anos analisados, aumentando a sua utilização de 2009 até 2012, e atingindo em 2012 uma percentagem de 50%.

Os movimentos por *Diminuições/Alienções* registam em 2009 o terceiro maior ajuste com 11%, aumentando em 2010 para 14%, ficando em quarto lugar nos ajustes. Em 2011 não se verificaram movimentos desta natureza e, em 2012, voltamos a verificar a sua ocorrência com 10%.

No que se refere aos movimentos por *Perdas por Imparidade*, verificamos que têm um peso significativo em 2011, representando 25% (3 ajustes), tendo apenas ocorrido uma única vez em cada um dos restantes anos analisados (representando 6%, 5% e 10% para os anos de 2009, 2010 e 2012, respetivamente).

Quanto ao movimento por *Reclassificações do Goodwill*, este teve um peso considerável em 2010, representando 24% dos movimentos, enquanto para o ano de 2011 representou apenas 8%, e em 2009 e 2012 não foi utilizado.

No que concerne aos movimentos por *Alterações de Perímetro e Outros*, estes foram pouco utilizados (1 ajuste por ano, com exceção dos anos 2009 e 2012 em que o movimento por *Alterações de Perímetro* não foi utilizado), apresentando uma irrelevante frequência no total dos movimentos.

Há a realçar que o ano de transição foi aquele em que se verificou a maior variedade de movimentos efetuados ao *goodwill*, incluindo as reclassificações efetuadas dos valores do *goodwill*.

Nos períodos analisados, as empresas referiram que realizaram testes de imparidade ao *goodwill*, no entanto concluíram sempre que o *goodwill* não se

encontrava em imparidade. Além disso, as empresas indicavam que o critério utilizado para fazerem os testes de imparidade era o método dos "cash-flows" descontados, mas não especificavam a forma como os realizavam. Assim, concluímos que a maioria das empresas não fundamentou os testes de imparidade à data da transição, assim como nos anos seguintes.

4.4.4 Divulgações sobre o *goodwill* e perdas por imparidade

Toda a mudança verificada nos normativos, quer a nível internacional como a nacional, mais concretamente do *goodwill* e a sua sujeição exclusiva a testes de imparidade incrementou, substancialmente, a complexidade da sua contabilização, quer em termos das técnicas exigidas na mensuração subsequente, quer no que respeita à natureza e ao nível de divulgações exigidas. Neste sentido e dada a relevância que o *goodwill* assume no Balanço de muitas empresas e a toda a complexidade e subjetividade associada aos seus testes de imparidade, julgamos ser de extrema importância analisar o cumprimento com os requisitos de divulgação do *goodwill*.

Nos últimos anos têm surgido diversos estudos que analisam o cumprimento destes requisitos, tais como Shalev (2009); Carlin e Finch (2010); Glaum *et al.* (2013), e que revelam que a informação divulgada sobre o *goodwill* e respetivos testes de imparidade é insuficiente e muito heterogénea, comprovando um reduzido nível de cumprimento com os requisitos de divulgação.

Além da síntese dos requisitos de apresentação e divulgação do *goodwill* para cada norma apresentada na Tabela 6, neste estudo foi criada uma lista baseada na NCRF 12 e NCRF 14 com os itens de divulgação obrigatória sobre o *goodwill* e respetivas perdas por imparidade o, de acordo com o preconizado em cada uma das normas anteriormente referidas. Esta lista foi preenchida com os valores de "1" e "0" consoante o cumprimento, ou não, por parte das empresas do item de divulgação em questão.

O objetivo do índice é obter uma classificação dos níveis de divulgação das diferentes empresas com base na quantidade de informação, tendo por base a análise das divulgações do Anexo das contas consolidadas das empresas da amostra. A seleção dos itens incluídos no índice teve por base os requisitos de divulgação relacionados com o *goodwill* e respetivas perdas por imparidade.

Para aferir até que ponto as empresas da amostra cumprem as divulgações exigidas por estas duas normas foi criado um índice com base nos itens elencados na Tabela 12.

Tabela 12 - Divulgações de acordo com a NCRF 12 e NCRF 14

Informação Financeira	Total Divulgações
Divulgação das Perdas Imparidade de acordo com o preconizado na NCRF 12:	
Os eventos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão da imparidade;	1
Descrição dos fatores que contribuíram para um custo que resulta no reconhecimento do <i>goodwill</i> :	
a) Descrição de cada ativo intangível que não tenha sido reconhecido separadamente do <i>goodwill</i> ;	1
b) Explicação sobre a razão pela qual não foi possível mensurar o justo valor do ativo intangível com fiabilidade;	1
O valor das imparidades reconhecidas ou revertidas;	1
Os procedimentos utilizados no apuramento do valor recuperável, indicando se o mesmo foi determinado com base no justo valor menos os custos de venda e/ou valor de uso;	1
A forma de contabilização das imparidades ou das suas reversões, bem como as alterações resultantes ao nível das Demonstrações Financeiras.	1
Divulgação do <i>goodwill</i> de acordo com o preconizado na NCRF 14:	
Descrição qualitativa dos fatores que compõem o <i>goodwill</i> e contribuíram para o seu reconhecimento;	1
Descrição de cada ativo intangível que não tenha sido reconhecido separadamente do <i>goodwill</i> e uma explicação sobre a razão pela qual não foi possível mensurar o justo valor do ativo intangível com fiabilidade;	1
Uma avaliação das alterações na quantia escriturada de <i>goodwill</i> durante o período, devendo para este efeito mostrar separadamente:	
a) A quantia bruta e as perdas por imparidade acumuladas no início do período;	1
b) O <i>goodwill</i> adicional reconhecido durante o período;	1
c) Quaisquer outras alterações na quantia escriturada durante o período;	1
A quantia bruta e as perdas por imparidade acumuladas no final do período;	1
Uma reconciliação da quantia escriturada do <i>goodwill</i> no início e no fim do período de relato;	1
A quantia recuperável e da imparidade do <i>goodwill</i> de acordo com a NCRF 12.	1
Total de divulgações	14
Máximo de divulgações (igual para todas as empresas)	
Máximo de divulgações corrigido (máximo divulgações - divulgações não aplicáveis)	
Índice de divulgação (Total divulgações / máximo divulgações corrigido)	

Fonte: Elaboração própria

Para analisar a informação divulgada por empresa sobre cada um dos 14 itens de divulgação, elaboramos a Tabela 13, na qual se apresentam os resultados do índice de divulgação para os anos de 2010 e 2011, divididos por quatro escalões.

Tabela 13 - Índice de divulgação

Índice de divulgação	2010		2011	
	Frequências observadas		Frequências observadas	
	N.º	%	N.º	%
0% - 25%	1	8	1	8
26% - 50%	6	46	8	62
51% - 75%	4	31	3	23
76% - 100%	2	15	1	8
Total	13	100	13	100

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao índice de divulgação, verificamos que a maior parte das empresas da amostra se situa no intervalo de 26%-50%, em 2010 e 2011, com 46% e 62%, respetivamente. Por outro lado, tanto em 2010 como em 2011 apenas uma empresa se enquadra no intervalo de 0%-25%, no universo das 13 empresas.

O segundo intervalo com maior relevância nesta análise é o 51%-75%, onde se enquadram 31% das empresas em 2010 e 23% em 2011. No que se refere ao restante intervalo, de 76%-100% de cumprimento com os requisitos de divulgação, apenas duas empresas situam-se neste intervalo em 2010 e uma em 2011.

Por último, e de forma a analisar a evolução do índice total de cumprimento, criamos a seguinte Tabela 14, na qual apresentamos o nível de divulgação para o total de empresas que constituem a amostra deste estudo (13 empresas), de modo a identificar quais os requisitos de divulgação que as empresas mais divulgam e os que são menos divulgados. No sentido de facilitar a análise, os requisitos de divulgação foram numerados de 1 a 14.

Tabela 14 - Índice total de divulgação

N.º	Informação Financeira	2010			2011		
		Índice %			Índice %		
		S	N	N/A	S	N	N/A
Divulgação das Perdas Imparidade de acordo com o preconizado na NCRF 12:							
1	Os eventos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão da imparidade;	23	77	0	23	77	0
2	Descrição dos fatores que contribuíram para um custo que resulta no reconhecimento do <i>goodwill</i> : a) Descrição de cada ativo intangível que não tenha sido reconhecido separadamente do <i>goodwill</i> ;	15	85	0	15	85	0
3	b) Explicação sobre a razão pela qual não foi possível mensurar o justo valor do ativo intangível com fiabilidade;	8	31	62	8	85	8
4	O valor das imparidades reconhecidas ou revertidas;	31	38	31	31	69	0
5	Os procedimentos utilizados no apuramento do valor recuperável, indicando se o mesmo foi determinado com base no justo valor menos os custos de venda e/ou valor de uso;	100	0	0	100	0	0
6	A forma de contabilização das imparidades ou das suas reversões, bem como as alterações resultantes ao nível das Demonstrações Financeiras.	92	8	0	92	8	0
Total de divulgações NCRF 12		45	40	15	45	54	1
Divulgação do <i>goodwill</i> de acordo com o preconizado na NCRF 14:							
7	Descrição qualitativa dos fatores que compõem o <i>goodwill</i> e contribuíram para o seu reconhecimento;	85	15	0	85	15	0
8	Descrição de cada ativo intangível que não tenha sido reconhecido separadamente do <i>goodwill</i> e uma explicação sobre a razão pela qual não foi possível mensurar o justo valor do ativo intangível com fiabilidade;	15	77	8	15	85	0
9	Uma avaliação das alterações na quantia escriturada de <i>goodwill</i> durante o período, devendo para este efeito mostrar separadamente: a) A quantia bruta e as perdas por imparidade acumuladas no início do período;	8	92	0	8	92	0
10	b) O <i>goodwill</i> adicional reconhecido durante o período;	92	8	0	92	8	0
11	c) Quaisquer outras alterações na quantia escriturada durante o período;	92	8	0	92	8	0
12	A quantia bruta e as perdas por imparidade acumuladas no final do período;	8	92	0	8	92	0
13	Uma reconciliação da quantia escriturada do <i>goodwill</i> no início e no fim do período de relato;	92	8	0	92	8	0
14	A quantia recuperável e da imparidade do <i>goodwill</i> de acordo com a NCRF 12.	15	69	15	8	85	8
Total de divulgações NCRF 14		51	46	3	50	49	1
TOTAL DE DIVULGAÇÕES		48	43	8	48	51	1

Fonte: Elaboração própria

Verificamos que existem muitas empresas que não cumprem as exigências de divulgação, apesar de ser em apenas alguns dos requisitos. Com base na Tabela 14, pode-se concluir que o indicador 5 (os procedimentos utilizados no apuramento do valor recuperável, indicando se o mesmo foi determinado com base no justo valor menos os custos de venda e/ou valor de uso) é o mais

divulgado, sendo cumprida a sua divulgação em 100% das empresas da amostra (13 empresas), não se tendo verificado qualquer variação na informação divulgada dos anos de 2010 para 2011.

Relativamente aos indicadores 6, 10, 11 e 13 foram cumpridos quase na totalidade das empresas da amostra, no total de 12 empresas que representam 92%, tanto para as divulgações de 2010 como para as de 2011. Já o indicador 7 representa o terceiro maior indicador divulgado pelas empresas com uma percentagem de 85% (11 empresas).

Quanto aos restantes indicadores, como se pode observar na Tabela 14, um número bastante reduzido de empresas, que representam 8% em três dos requisitos para 2010 e quatro dos requisitos para 2011, e 15% das empresas (3 para 2010 e 2 para 2011), divulgou tanto para as perdas por imparidade, de acordo com o preconizado na NCRF 12, como relativamente ao *goodwill*, atendendo ao disposto na NCRF 14.

Da análise do cumprimento dos requisitos de divulgação da NCRF 12 e NCRF 14 podemos concluir que a maioria das empresas na transição não cumpriu rigorosamente com o disposto em cada uma destas normas.

Para a NCRF 12 no ano de 2010, 45% das empresas cumpriram as divulgações, 40% não cumpriram e 15% não aplicaram os requisitos. No que concerne ao ano de 2011, para esta mesma norma, verificamos que a percentagem das empresas que cumprem mantém-se, embora se verifique um aumento das que não cumprem (aumenta para 54%) em relação às que não aplicam (diminui para 1%)

De ambas as normas em análise, verificamos que a maior percentagem no cumprimentos das divulgações corresponde à NCRF 14, comparativamente com a NCRF 12, apesar de a diferença não ser muito relevante. Constatamos que a percentagem de cumprimento da NCRF 14 é de 51% e 50%, para 2010 e 2011 respetivamente. Enquanto para a NCRF 12 verificamos que tanto para 2010 como 2011, o total das divulgações representa 45% da amostra.

Quanto à reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período de 2010, a generalidade das empresas da amostra divulgaram os valores brutos e as perdas por imparidade acumuladas.

Os resultados do nosso estudo sobre o cumprimento das divulgações, assim como os do estudo de Carvalho *et al.* (2010), sobre as empresas do PSI 20 no período de 2005 a 2009, revelam que os objetivos propostos pelo IASB de alcançar uma maior transparência e comparabilidade da informação não está a ser muito bem-sucedida no que respeita ao *goodwill*. Com efeito, na nossa análise verificamos que, tanto os requisitos de divulgação do *goodwill*, como das respetivas perdas por imparidade, assim como os fatores do seu reconhecimento, não são rigorosamente cumpridos.

Uma possível explicação pode decorrer do facto de as divulgações exigidas pelas normas serem muito extensas e derivarem de um procedimento complexo (incluindo o próprio teste de imparidade), aumentando o custo e o risco de preparar e auditar as Demonstrações Financeiras (Carlin *et al.*, 2007).

Os nossos resultados corroboram os encontrados em outros estudos (por exemplo Glaum *et al.*, 2013; Carlin e Finch, 2010; Shalev, 2009). De facto, da revisão da literatura efetuada, verificamos que, na generalidade dos países onde foram realizados estudos, é reduzido o grau de cumprimento com os requisitos de divulgação do *goodwill* e respetivos testes de imparidade, embora alguns documentem uma evolução positiva no cumprimento ao longo dos anos.

Os resultados do presente estudo sugerem que a informação divulgada acerca do *goodwill* e dos testes de imparidade ao *goodwill*, para além de não cumprir com todos os requisitos das normas, são de uma natureza estereotipada. Já Hayn e Hughes (2006) haviam concluído que a informação financeira que é divulgada pelas empresas não é suficiente para um utilizador externo poder prever adequadamente futuras perdas por imparidade do *goodwill* caso ela seja adquirida, devido à reduzida qualidade da informação financeira difundida.

Num estudo recente, Christensen *et al.* (2013) verifica que nos últimos anos, diferentes países têm feito esforços no sentido de fortalecer a supervisão dos mercados de capitais e de intensificar os mecanismos de *enforcement*, de modo a promover um maior cumprimento com a aplicação das IAS/IFRS. Corroboramos com esta opinião e no nosso estudo reforça que apenas alguns dos requisitos são cumpridos, sendo necessário um maior controlo desta situação por parte das entidades reguladoras.

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES

5.1 Conclusões gerais

O Regulamento 1606/2002 da UE tem como principal objetivo assegurar o adequado funcionamento do mercado de capitais no espaço europeu, a partir de um processo de harmonização contabilística, de forma a alcançar um elevado grau de transparência e comparabilidade da informação financeira prestada pelas empresas.

Com aquele Regulamento verificou-se uma verdadeira revolução contabilística, pois diversos conceitos, princípios e formas de pensar foram alterados com a introdução das IAS/IFRS. Esta alteração aconteceu em duas fases distintas: em 2005 todas as empresas da UE com valores cotados na bolsa passaram a ter de adotar as IAS/IFRS, embora em Portugal tenha sido opcional a adoção das IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras consolidadas de entidades sem títulos cotados; e em 2010, com a reforma contabilística do normativo nacional para a aproximação às IAS/IFRS, o SNC passou a ser o normativo obrigatório para as empresas portuguesas.

Com o SNC, e consequente aplicação da NCRF 14, a contabilização do *goodwill* sofreu alterações, sendo que a mudança mais significativa foi que o *goodwill* deixou de ser amortizado, passando antes a ser sujeito exclusivamente a testes anuais de imparidade.

Assim, à luz do SNC, no tratamento contabilístico do *goodwill* devemos considerar as seguintes normas: a NCRF 12, referente à Imparidade de ativos; e a NCRF 14, referente às CAE.

A revisão da literatura mostrou que todo o processo de reconhecimento e mensuração do novo tratamento do *goodwill* envolve uma grande subjetividade e complexidade, com importantes impactos nas Demonstrações Financeiras das empresas.

Este estudo realça que em Portugal não existiam muitas empresas que tivessem *goodwill* e as suas contas consolidadas disponíveis publicamente.

Quando observámos a magnitude do *goodwill* e a relevância do seu valor no Balanço dos grupos de empresas que constam na nossa amostra, verificámos que é no capital próprio que se verifica um maior peso do *goodwill*. Ao analisarmos a proporção do *goodwill* no total do ativo e no total dos ativos intangíveis (excluindo *goodwill*) verificámos que estes não oscilaram ao longo dos quatro anos após o SNC.

Um dos principais objetivos deste estudo foi avaliar o impacto da transição do normativo POC para a NCRF 14 do SNC no que respeita ao tratamento contabilístico do *goodwill*, em particular às respetivas perdas por imparidade. Nos períodos analisados, as empresas referiram no Anexo que aplicaram os testes de imparidade, no entanto concluíram quase sempre que o *goodwill* não se encontrava em imparidade. Além disso, as empresas indicaram que o critério utilizado para fazerem os testes de imparidade foi o método dos "cash-flows" descontados, mas não especificaram a forma como os realizaram. Assim, concluímos que a maioria das empresas não fundamentou adequadamente os testes de imparidade do *goodwill* à data da transição.

Este trabalho também procurou identificar e quantificar os ajustamentos de transição efetuados no *goodwill*, além de tentar avaliar o impacto destes ajustamentos na posição financeira e no desempenho das respetivas empresas. Constatámos a existência de uma grande variedade de naturezas dos ajustamentos efetuados ao *goodwill*, e verificámos, ainda, que os ajustamentos efetuados por força da reexpressão das Demonstrações Financeiras, com exceção das reclassificações, foram relevados nos capitais próprios como determina a NCRF 3.

Os resultados do nosso estudo sobre o cumprimento das divulgações revelam que os objetivos propostos pelo IASB de alcançar uma maior transparência e comparabilidade da informação não está a ser muito bem-sucedida no que respeita ao *goodwill*. Da análise do cumprimento dos requisitos de divulgação da

NCRF 12 e NCRF 14 podemos concluir que a maioria das empresas na transição não cumpriu rigorosamente com o disposto naquelas normas. De ambas as normas em análise, verificamos que a maior percentagem no cumprimentos das divulgações corresponde à NCRF 14, comparativamente com a NCRF 12, apesar de a diferença não ser muito relevante.

Este estudo conclui que existem variações significativas no capital próprio das entidades que adotaram o SNC.

É importante salientar que as conclusões obtidas neste estudo não podem ser generalizadas, pois a amostra estudada não é representativa da realidade nacional devido à deficitária divulgação da informação financeira por parte das empresas.

5.2 Limitações do estudo

O presente estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente o facto de, por um lado, a amostra ser de pequena dimensão e, por outro lado, encontra-se restrita as empresas pertencentes ao ranking 500 Maiores & Melhores da revista Exame 2010.

Como já referimos anteriormente, o que também limitou bastante este estudo foi o facto de, apesar as empresas estarem obrigadas a publicar as suas contas no *site* da própria empresa, lamentavelmente tal não acontecer na generalidade das empresas. Daí termos uma dificuldade acrescida em obter elementos para análise neste estudo.

Ao nível das divulgações, o estudo foi realizado num período curto, 2010 e 2011, o que limita a análise da evolução no cumprimento dos requisitos de divulgação relativos ao *goodwill* e perdas por imparidade.

5.3 Sugestões para investigações futuras

Para futuras investigações empíricas, poderá justificar-se este mesmo estudo para um maior número de empresas e num espaço de tempo mais alargado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. (1997). *Contabilidade avançada*. São Paulo: Atlas.
- Armstrong, C. , Barth, M. , Jagolinzer, A. e Riedl, E. (2006). *Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe*. Working Paper, University of Pennsylvania, Stanford University e Harvard Business School.
- Barth, M. , Landsman, W. e Lang, M. (2008). *International Accounting Standards and Accounting Quality*. Journal of Accounting Research, 46 (3): 467-498.
- Bens, D., Hetzler, W. e Segal, B. (2011). *The Information Content of Goodwill Impairments and SFAS 142*. Journal of Accounting, Auditing and Finance, 26 (3): 527-555.
- Calixto, L. (2010). *Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adopção do IFRS em Países Europeus*. Revista Contabilidade Vista & Revista, 21 (1): 157-187.
- Callao, S. ,Jarne, J. e Laínez, J. (2007). *Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting*. Journal of Accounting, Auditing and Taxation, 16 2): 148-178.
- Camodeca, R. e Almici, A. (2012). *The information content of goodwill impairment before and after the Financial Crisis: evidence from European listed banks*. Cópia eletrônica disponível em: <http://www.wbiconpro.com/105-Alex.pdf>. Consultado em 10 de setembro de 2014.
- Canning, J. (1929). *The Economics of Accountancy: a critical analysis of accounting theory*. The Ronald Press Company.
- Carlin, T. e Finch, N. (2010). *Evidence on IFRS Goodwill Impairment Testing by Australian and New Zealand Firms*. Managerial Finance, 36 (9): 785-798.
- Carlin, T., Finch, N. e Ford, G. (2007). *Goodwill Impairment – An Assessment of disclosure Quality and Compliance Levels by large Listed Australian Firms*. Macquarie Graduate School of Management, Working Papers.

Carvalho, C. (2003). *Goodwill e Capital Intelectual. Contributos do conceito de capital intelectual no estabelecimento de uma nova noção de goodwill*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Coimbra.

Carvalho, C., Rodrigues, A. e Ferreira, C (2008). *Imparidade do Goodwill na transição para o IRFS 3 : o caso português*. Revista Estudos do ISCA, série IV (1).

Carvalho, C., Rodrigues, A. e Ferreira, C. (2010). *A mensuração subsequente do goodwill e a sua contribuição para a manipulação dos resultados: uma revisão da literatura*. XIV Encuentro AECA, Coimbra.

Cazavan-Jeny, A. e Jeanjean, T. (2007). *European Financial Reporting Research Group*. Working Paper.

Christensen, B., Hail, L. e Leuz, C. (2013). *Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement*. Journal of Accounting and Economics, 56: 147-177.

Comiskey, E. e Mulford, C. (2010). *Goodwill, Triggering Events and Impairment Accounting*. Managerial Finance, 36 (9): 746-767.

Comissão de Normalização Contabilística (2009). Aviso n.º 15655/2009, , Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Costa, J.. (2008). *O impacto da Adopção das IAS/IFRS nas Demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa*. Faculdade de Economia – Universidade do Porto, Working Paper: 48-88.

Deloitte (2011). *FASB's new qualitative goodwill impairment assessment. Implications and opportunities*. Disponível em: www.deloitte.com/view/en_US/us/Services-Financial-Advisory/Business-Valuation/Financial-Advisory/Index.htm. Consultado em 30 de agosto de 2014.

Dicksee, L.(1897). *Goodwill and its treatment in accounts*. The Accountant, 9, London: Gee & Co.

Fernandes, G. (2007). *A Versão Portuguesa das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Revisores e Auditores, jan/mar: 28-35.

- Ferrari, M. e Montanari, S. (2010). *The IAS/IFRS application on the intangible assets of non-listed companies*. Journal of Modern Accounting and Auditing, 6 (5).
- Glaum, M., Schmidt, P., Street, D. e Vogel, S. (2013). *Compliance with IFRS 3- and IAS 36- Required Disclosures across 17 European countries: company- and country- level determinants*. Accounting and Business Research, 43 (3): 163-204.
- Glautier, M. e Underdown, B. (2001). *Accounting Theory and Practice*. Pearson Education.
- Haller, A., Ernstberger, J. e Froschhammer, M. (2009). *Implications of the mandatory transition from national GAAP to IFRS – Empirical evidence from Germany*, Advances in Accounting. Incorporating Advances in International Accounting.
- Haman, J. e Jubb, C. (2007). *High Discretionary Accruals Around a Change of Goodwill Rule: Australian Evidence*. Working Paper.
- Hayn, C. e Hughes, P. (2006). *Leading indicators of goodwill impairment*. Journal of Accounting, Auditing and Finance, 3: 223-265.
- Hendriksen, E. e Breda, M. (1999). *Teoria da Contabilidade*. Tradução por António Zoratto Sanvicente. 5ª edição, São Paulo: Atlas.
- Hendriksen, E. (1974). *Teoria de la Contabilidad*. Union Tipografica Editorial Hispano-Americana.
- Henriques, I., Azevedo, G. e Costa, A. (2010). *Regulamento N.º 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação no Luxemburgo*. XIV Encontro AECA, Coimbra.
- Hirschey, M. e Weygandt, E. (1985). *Amortization Policy for Advertising and Research and Development Expenditures*. Journal of Accounting Research, 23 (Spring): 326-335.
- Horton, J. e Serafeim, G. (2008). *Market Reactions and Valuation of IFRS Reconciliation Adjustments: First Evidence from the UK*. London School of Economics, Working Paper.
- Jahmani, Y.; Dowling, W. e Torres, P. (2010). *Goodwill Impairment: A New Window For Earnings Management?*. Journal of Business & Economics Research, 8 (2): 19-24.
- Leake, P. (1914). *Goodwill: Its nature and how to value it*. The Accountant, 50 (17): 81-90.

Lemos, E. (2006). *Diferenças conceituais entre a normativa contabilística internacional e a portuguesa*. :1-21

Li, S. (2010). *Does Mandatory Adoption of International Financial Reporting Standards in the European Union Reduce the Cost of Equity Capital?*. The Accounting Review (forthcoming).

Lopes, P. e Viana, R. (2008). *The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies*. FEP Working Paper n.º 285.

Martins, E. (1972). *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Martins, E., Almeida, D. , Martins, E. e Costa, P. (2010). *Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos*. Revista Contabilidade e Finanças, 21 (52): 1-25.

Monobe, M. (1986). *Contribuição à Mensuração e Contabilização do Goodwill Adquirido*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Paglietti, P. (2009). *Investigating the effects of the EU mandatory adoption of IFRS on accounting quality: evidence from Italy*. International Journal of Business and Management, 4 (12): 3-18.

Pascu, A. e Vasiliu, A. (2011). *International Financial Reporting Standard for SMEs – a New Challenge for the European Union*. CES Working Papers, CES Working Papers, III, (1).

Perramon, J. e Amat, O. (2006). *IFRS Introduction and its Effects on Listed Companies in Spain*. Economics Working Papers, n.º 975, Universidade Pompeu Fabra, Departamento de Economia e Negócios.

Petersen, C. e Plenborg, T. (2010). *How do firms implement impairment tests of goodwill?*. ABACUS, 46 (4):419-446.

Pinheiro, S. (2007). *O Impacto decorrente da adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro - caso da Sonae Industria SGPS, SA*. Projeto de Mestrado em Ciências Empresariais, Universidade Fernando Pessoa.

Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro e alterado pelo decreto-Lei 238/91, de 2 de julho.

Poel, K., Maijoor, S. e Vanstraelen A. (2008). *Implementation of IFRS Within Europe: The Case of Goodwill*. 31st Annual Congress of European Accounting Association, April, Rotterdam.

Ratiu, R. e Tudor, A. (2012). *The Definition of Goodwill - a Chronological Overview*. Revista Română de Statistică – Supliment Trim IV/2012.

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, Jornal Oficial da União Europeia L 243/1.

Sahut, J. e Boulerne, S. (2010). *Les normes IFRS ont-elles amélioré le contenu des actifs incorporels ?*. Comptabilité Contrôle Audit, 16, vol 1, Avril 2010, 7-32.

Shalev, R. (2009). *The Information Content of Business Combination Disclosure Level*. The Accounting Review, 84 (1): 239-270.

Silva, P. (2010). *Efeito da Aplicação da Norma Internacional de Contabilidade n.º 38 – Ativos Intangíveis – na Península Ibérica*. Tese de Mestrado em Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração - Universidade de Aveiro.

Silva, F., Couto G. e Cordeiro, R. (2009). *Measuring the impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in firm reporting: The case of Portugal*. Working Paper, Universidade dos Açores.

Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Stenka, R. e Ormrod, P (2007). *The Impact of IFRS Adoption in the UK – Issues Group Accounting*. 3rd Annual Workshop, European Financial Reporting Research Group - Accounting in Europe, September, France.

Stenka, R., Ormrod, P. e Chan, A. (2008). *Accounting for Business Combinations - The Consequences of IFRS Adoption for UK Listed Companies*. Working Paper, SSRN.

Tearney, M. (1973). *Accounting for Goodwill: a Realistic Approach*. The Journal of Accountancy, July: 41-45.

Walker, G. (1953). *Why purchased goodwill should be amortized on a systematic basis*. The Journal of Accountancy, February: 211-216.